



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 425ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 30 de agosto de 2023.

Realizou-se no dia 30 de agosto de 2023, às 09h00, por meio híbrido, presencial e por videoconferência, a 425ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, realizada e transmitida do Plenário “Prof. Paulo Nogueira Neto” (Sala do CONSEMA), na Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 6, 1º andar. A reunião foi presidida pelo Subsecretário de Meio Ambiente **Jonatas Souza da Trindade**, tendo comparecido os(as) conselheiros(as) **Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza**, Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento, **Denis Gerage Amorim**, Subsecretário de Logística e Transportes, **Lucia Bastos Ribeiro de Sena** (SEMIL/Meio Ambiente), **Valéria Augusta Garcia** (SEMIL/IPA), **Natália Micossi da Cruz** (SEMIL/CPLA), **Rafael Frigerio** (SEMIL/CFB), **Lie Shitara Schutzer** (SEMIL), **Rodrigo Levkovicz** (SEMIL/FF), **Thomaz Miyazaki de Toledo** e **Mayla Matsuzaki Fukushima** (SEMIL/Cetesb), **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel** (SAA), **Cel. PM Dinael Carlos Martins** e **Maj. PM Júlio Cesar Araújo da Silva** (SSP/CPAmb), **Lucas Ariel Totaro Garcia** (SES), **Amer Nagib Moussa Junior** (SCIC), **Monica Therezinha Bartiê Rossi** (SDUH), **Marcelo Alves de Carvalho** (SDE), **José Fabio do Rego Torquato** (STV), **Daniel Smolentzov** (PGE), **Jorge Luiz Silva Rocco** (Fiesp), **Gilmar Ogawa** (Faesp), **Claudia Maria Lico Habib Tofano** (MP/SP), **Eduardo Yoshikuni Missaka** (CREA/SP), **Paula Marcia Sapia Furukawa** e **Ricardo Crepaldi** (ABES/SP), **Rosa Ramos** (OAB/SP), **Maria Isabel Rodrigues Paulino** (CAU/SP), **Rogério Menezes** e **Veronica Sabatino** (Anamma/SP), **Leonardo Fabian Altstut** (APM), **Fernanda da Rocha Brando Fernandez** (USP), **Simone Aparecida Vieira** (Unicamp), **Edson Luís Piroli** (Unesp), **Fernando Gallardo Vieira Prioste** (ISA), **Henrique Callori Kefalás** (Linha D’Água), **Paulo Nelson do Rego** (Educa Brasil), **Edson Lobato** (ICC), **Gilda Helena Leoncio Nunes** (IIS), **Tami Albuquerque Ballabio** (Argonauta), **Beloyanis Bueno Monteiro** (SOS Mata Atlântica), **Eduardo de Lima Leduc** (Cunhambebe), **Roberto Ulysses Resende** (Iniciativa Verde), **Djalma Weffort de Oliveira** (Apoena), e **Andrès Vernet Vivas** (Ecophalt). Constavam do **Expediente Preliminar**: 1) *Aprovação da Ata da 424ª Reunião Plenária Ordinária*; 2) *Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva*; 3) *Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia*. Constavam da **Ordem do Dia**: 1) *Proposta de atribuição à Comissão Temática de Políticas Públicas a tarefa de discutir e propor recomendações às minutas dos Anteprojetos de Lei Específica que criam as seguintes Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM): 1.1) APRM-RG (Rio Guaió) e APRM-CTG (Cabuçu – Tanque Grande); 1.2) APRM-JAG (Rio Jaguari)*; 2) *Apresentação e discussão sobre os Avanços e Estruturação dos Projetos de Restauração Florestal no âmbito do Estado de São Paulo*; 3) *Apresentação do Programa UniversalizaSP (Decreto nº 67.814, de 18 de julho de 2023)*. Abertos os trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães de Oliveira** informou que a reunião ocorria por meio híbrido, por videoconferência e presencialmente. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada na página “@semilsp”, no Youtube. A seguir, submeteu ao Conselho a Ata da 424ª Reunião Ordinária do Plenário que, dispensada de sua leitura, foi **aprovada**. Passou-se às **Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva**. O Presidente Suplente **Jonatas Souza da Trindade** prestou informes das principais ações da SEMIL durante o mês, a saber: no âmbito do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Programa Nascentes, a realização de um estudo pioneiro no cerrado paulista relacionado à questão da retenção de carbono no solo, conduzido por especialistas do IPA; a abertura da consulta pública para aprimoramento do *Programa Município VerdeAzul*; o chamamento para a formação de monitores ambientais autônomos pela Fundação Florestal, que contou com uma significativa adesão; o anúncio de recursos provenientes da Sabesp para o *Projeto IntegraTietê*; os projetos de estruturação de melhorias de dois parques urbanos no entorno do Tietê; e a assinatura do acordo entre o Governo de São Paulo e a ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento para aprimorar a gestão dos recursos hídricos no Estado de São Paulo. O Secretário Executivo **Anselmo Guimarães** convidou todos os conselheiros e a sociedade para participar das próximas Audiências Públicas convocadas pelo CONSEMA, informando que mais detalhes para participação se encontram na página eletrônica do Conselho. Foi realizada a **posse** do conselheiro **Maj. PM Júlio Cesar Araújo da Silva**, como representante suplente do Comando de Policiamento Ambiental da Secretaria de Segurança Pública, em complementação ao mandato do **Maj. PM Guilherme D'Artagnan de Carvalho e Silva Boppré**. Passou-se ao momento destinado para os **Assuntos Gerais**. Os conselheiros **Roberto Resende**, **Beloyanis Monteiro**, **Andrés Vernet** e **Gilda Nunes** cederam a palavra a **Claudio Maretti**, representante do Coletivo Socioambiental de Atibaia, e após, **Marcelo Lash**, que se manifestaram contra uma proposta de construção da estrutura chamada “*Sky Bridge*”, no Monumento Natural da Pedra Grande, com um apelo ao CONSEMA, Fundação Florestal e Cetesb que se pronunciem contrários à execução desse projeto. O Diretor Executivo da Fundação Florestal, o conselheiro **Rodrigo Levkovicz**, esclareceu que a questão está sendo acompanhada pelo órgão, sendo que nesta fase de sondagem foram impostas algumas condicionantes, mas que o empreendimento demandará um procedimento de licenciamento, diante do qual a entidade deverá se manifestar com relação ao impactos da atividade, ouvidos o conselho gestor da unidade e toda a sociedade. O conselheiro **Paulo Nelson do Rego** solicitou o apoio e parceria da Fundação Florestal com relação ao apoio a Unidades de Conservação municipais, e cedeu o restante do seu tempo de uso da palavra para **Pedro Cappelletti**, que solicitou o apoio do CONSEMA para que a revisão do Plano Diretor do município de São Roque atenda às exigências legais de adequação ao Plano de Manejo da APA Itupararanga. O conselheiro **Fernando Prioste (ISA)** agradeceu a visita da Secretária Natália Resende à Comunidade Quilombola de Bombas, ressaltando a importância desse diálogo para o avanço das pautas da comunidade. O conselheiro **Eduardo Leduc** se manifestou sobre a urgência da atualização dos mapas de risco da região do litoral norte, para que medidas preventivas possam ser tomadas para salvar vidas humanas e a Mata Atlântica. A conselheira **Rosa Ramos** convidou a todos para a segunda rodada do Fórum Permanente de Mudanças Climáticas e Desastres Naturais da OAB - São Paulo. Solicitou que fosse viabilizado, via SEMIL, o seu credenciamento como conselheira na COP 28 e, por último, pediu apoio de todos contra a aprovação de um Projeto de Lei em tramitação na ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que trata do aumento das custas judiciais, alegando que irá impactar o acesso à justiça de toda a sociedade. A conselheira **Cristina Murgel (SAA)** declarou que o relatório apresentado pelo conselheiro Roberto Resende, conforme Reunião Plenária anterior, já fora repassado para as áreas técnicas e as questões já estavam sendo verificadas e auditadas, sendo que, após a consolidação dos dados, estes serão apresentados ao Plenário. Reforçou a disponibilidade em receber quaisquer questionamentos acerca da Regularização Ambiental dos imóveis no Estado de São Paulo. O conselheiro **Rodrigo**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

89 **Levkovicz** registrou o aniversário de 46 anos do Parque Estadual da Serra do Mar; e prestou
90 informes sobre as ações conjuntas da SEMIL, via FF e IPA, junto a CDHU na Vila Sahy, no
91 Litoral Norte; sobre o lançamento de um curso de monitores ambientais autônomos que se
92 tornou um EAD; o andamento da elaboração do EIA/RIMA para a construção estrada de
93 Bombas; sobre a participação da Fundação Florestal no evento *Ocean Week*; e agradeceu a
94 todos os conselheiros no processo de consulta para a modernização da Fundação Florestal. O
95 conselheiro **Rogério Menezes** solicitou que o Programa Município VerdeAzul refizesse a Nota
96 Técnica acerca dos questionamentos encaminhados pela sua entidade, alegando que a resposta
97 anteriormente enviada seria genérica e insuficiente. Por fim, ressaltou a necessidade do repasse
98 aos municípios da Taxa de Controle de Fiscalização. O conselheiro **Ricardo Crepaldi** registrou
99 a realização de um encontro regional promovido pela ABES em conjunto com a Ascam, a
100 Associação de Catadores de Bauru, ocasião na qual fora abordada a temática da logística
101 reversa, e a importância da participação das cooperativas nas políticas municipais de resíduos
102 sólidos para que os cooperados não caiam na informalidade da coleta seletiva, exortando ao
103 Conselho uma reflexão, dentro de uma conjectura de Estado, de como apoiar e melhorar os
104 sistemas de cooperativas, evitando sua extinção, apesar de estar dentro da lei da Política
105 Nacional de Resíduos Sólidos. O Presidente em exercício **Jonatas Trindade** se manifestou
106 sobre cada um dos apontamentos feitos pelos conselheiros, inclusive com a indicação de
107 providências a serem adotadas diante dos pleitos apresentados, solicitando, a algumas, um
108 maior detalhamento e encaminhamento por escrito, abrindo a palavra em seguida para os
109 conselheiros **Rodrigo Levkovicz, Natália Micossi, e Daniel Smolentzov**. Encerrado o
110 Expediente Preliminar, passou-se ao primeiro item da Ordem do Dia, a Proposta de atribuição
111 à Comissão Temática de Políticas Públicas da **tarefa de discutir e propor recomendações às**
112 **minutas dos Anteprojetos de Lei Específica** que criam as seguintes Áreas de Proteção e
113 Recuperação de Mananciais (APRM): 1) **APRM-RG (Rio Guaió) e APRM-CTG (Cabuçu –**
114 **Tanque Grande)**; 2) **APRM-JAG (Rio Jaguari)**. Após uma contextualização e apresentação
115 da matéria pelo Coordenador de Recursos Hídricos **César Louvison**, passou-se ao debate, do
116 qual participaram os conselheiros e conselheiras **Rogério Menezes, Andrés Vernet, Roberto**
117 **Resende, Fernando Prioste, Jorge Rocco, Paulo Nelson e Cristina Murgel**. Tendo sido
118 realizados os esclarecimentos e comentários por **Cesar Louvison** e pela Subsecretária de
119 Recursos Hídricos e Saneamento Básico, a conselheira **Samanta Tavares**, a proposta foi
120 submetida ao Plenário, sendo aprovada por unanimidade, o que ensejou a **“Deliberação**
121 **CONSEMA nº 12/2023. De 30 de agosto de 2023. 425ª Reunião Ordinária do Plenário do**
122 **CONSEMA. Atribui tarefa à Comissão Temática de Políticas Públicas. O Conselho Estadual**
123 **do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo**
124 **único – Atribui à Comissão Temática de Políticas Públicas a tarefa de discutir e propor**
125 **recomendações à minuta do Anteprojeto de Lei Específica que cria as Áreas de Proteção**
126 **e Recuperação de Mananciais do Rio Guaió (APRM-RG) e do Cabuçu – Tanque Grande**
127 **(APRM-CTG)”. De igual forma, gerou ainda a seguinte deliberação: “Deliberação**
128 **CONSEMA nº 13/2023. De 30 de agosto de 2023. 425ª Reunião Ordinária do Plenário do**
129 **CONSEMA. Atribui tarefa à Comissão Temática de Políticas Públicas. O Conselho Estadual**
130 **do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo**
131 **único – Atribui à Comissão Temática de Políticas Públicas a tarefa de discutir e propor**
132 **recomendações à minuta do Anteprojeto de Lei Específica que cria a Área de Proteção e**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

133 **Recuperação de Mananciais da Bacia do Rio Jaguari (APRM-JAG)”. Tendo sido aprovada**
134 **pelo Plenário a inversão dos próximos itens da Ordem do Dia, passou-se à Apresentação do**
135 **Programa UniversalizaSP (Decreto nº 67.814, de 18 de julho de 2023). A Subsecretária de**
136 **Recursos Hídricos e Saneamento Básico Samanta Tavares de Souza fez a exposição do**
137 **Programa e prestou os devidos esclarecimentos e respostas aos demais conselheiros**
138 **participantes do debates, a saber: Gilmar Ogawa, Eduardo Leduc, Fernando Prioste, Paulo**
139 **Nelson do Rego, Ricardo Crepaldi, e Henrique Kefalás. Passou-se ao último item da Ordem**
140 **do dia, qual seja, a Apresentação e discussão sobre os Avanços e Estruturação dos Projetos**
141 **de Restauração Florestal no âmbito do Estado de São Paulo, realizada pelo Subsecretário**
142 **do Meio Ambiente e conselheiro Jonatas Trindade, acompanhado da ex-conselheira Helena**
143 **Carrascosa. Participaram dos debates os conselheiros e conselheiras Fernando Prioste, pelo**
144 **assessor Eduardo Malta, do ISA, Thomaz Toledo, Daniel Smolentzov, Gilmar Ogawa,**
145 **Roberto Resende, Paulo Nelson, Cristina Murgel, Djalma Weffort, Henrique Kefalás, e**
146 **Beloyanis Monteiro, além de Carlos Henrique, assessor da Deputada Estadual Marina**
147 **Helou, com os esclarecimentos, feitos de forma intercalada às manifestações, por Jonatas**
148 **Trindade e Helena Carrascosa. Após as saudações finais pelo Presidente, e nada mais**
149 **havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. A transcrição integral das falas se**
150 **encontra anexa à presente ata, e a gravação em vídeo dos trabalhos pode ser acessada na TV**
151 **CONSEMA, disponível no seguinte endereço eletrônico:**
152 **<https://semil.sp.gov.br/category/consema/tvconsema/>. Eu, Anselmo Guimarães de Oliveira,**
153 **Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.**

Transcrição da 425ª ROP CONSEMA

00:01:52 Anselmo Guimarães (Secretaria Executiva): Bom dia senhor presidente, demais amigos que nos acompanham pela internet, a mesma declara abertos os trabalhos da 425ª reunião ordinária do Plenário do CONSEMA, que tem a pauta conhecida e distribuída no prazo regimental a todos os senhores. Informo aos presentes que a presente reunião está sendo transmitida ao vivo pela página do *YouTube*, na página “@semilsp”. A reunião fisicamente ocorre nas dependências do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência pela plataforma *Microsoft Teams*, que nós temos alguns conselheiros que estão conosco aqui, tanto presencialmente, como também online. Queria registrar a presença e a participação da deputada Marina Helou, que sempre tem acompanhado as nossas plenárias do CONSEMA. Está aqui conosco Carlos Henrique Oliveira, também o seu assessor está aqui presente. Depois, quando a deputada entrar, a gente abre a palavra para ela fazer sua saudação. Obrigado pela participação. Bom, em continuidade ao Expediente Preliminar, nós passamos a aprovação da ata referente à 424ª reunião do plenário, foi distribuída no prazo regimental a todos os conselheiros, razão pela qual peço ao plenário que se dispense a leitura e fica, portanto, considerada aprovada pela presidência. Nós vamos passar agora com a palavra, hoje na presidência do CONSEMA, o subsecretário de meio ambiente, Jonatas Trindade, para que possa fazer os seus informes e também pronunciamentos e sua saudação inicial. Muito bom dia, subsecretário, nosso presidente hoje da reunião. Obrigado.

00:03:38 Jonatas Trindade: Bom dia a todos. Agradecer a presença de cada um aqui nesse dia tão intenso, eu acho que sempre são bem intensas as reuniões do CONSEMA, tem sido bastante proveitosas para todos, eu acredito, para a gente, principalmente, porque retroalimenta nosso trabalho. Gostaria de falar rapidamente as principais matérias que foram tratadas. Eu não vou destacar todas, mas vou destacar algumas, por exemplo, a questão do Programa Nascentes, que promove a restauração de 520 hectares na região de Piracicaba, que foi encaminhado para os senhores e senhoras também por e-mail. Um estudo pioneiro que está sendo desenvolvido no Cerrado Paulista para quantificar o carbono que é retido no solo, que o Cerrado, ele tem as plantas do Cerrado, as árvores do Cerrado, ela tem essa característica de ter raízes profundas, e acaba sendo favorável em relação à questão da retenção de carbono no solo. E tem-se desfeito esse trabalho com apoio de universidade, e coordenado e conduzido pelo IPA (Instituto de Pesquisas Ambientais), por especialistas do IPA. É um trabalho que tem uma relevância importante para todos nós. Além disso, nós estamos com a consulta pública para o PMVA (Programa Município VerdeAzul, eu passo a palavra para Natalia para explicar um pouquinho dessa dinâmica, desse trabalho, que é importante para aprimoramento do Programa Município VerdeAzul, e a relevância desse trabalho para a Secretaria, para as políticas públicas municipais.

00:05:18 Natália Micossi (CPLA): Bom dia a todos. A gente está então com um processo aberto da consulta pública do PMVA para aprimoramentos. A gente gostaria de contar com a divulgação aqui dos conselheiros e de quem está nos assistindo. A consulta fica aberta até o dia 25 de setembro, e a gente está com boas notícias em relação ao PMVA. A gente, nesse ciclo atual, a gente está com 412 adesões, então a gente conta com o apoio de todo o mundo para esse processo de aprimoramento no Programa.

44

45 **00:05:57 Jonas Trindade:** Tem também mais outra consulta, na verdade, foi aberto um
46 chamamento para formação de monitores ambientais autônomos, a adesão foi bem significativa, eu
47 estava aguardando o Rodrigo, que ainda não chegou, para poder informar os números de adesão, mas
48 teve uma adesão significativa e importante na formação de monitores ambientais autônomos, então,
49 é uma demanda que eu acho que tem tido ao longo do tempo, a Fundação tem se esmerado em
50 possibilitar esse tipo de informação, e possibilita fortalecer a visitação aos parques do estado de São
51 Paulo, isso é algo que é bastante estruturante e importante para nós. Em relação a questão de
52 saneamento e recursos hídricos, tem uma ação específica, que é importante também para a Secretaria,
53 que a Sabesp assegurou um financiamento de 940 milhões para o projeto Integra Tietê. Nós temos
54 um fórum de integração para discussão do Integra Tietê, temos a Samantha aqui coordenando esse
55 fórum. É um fórum que tem esse objetivo de planejamento, estruturação e acompanhamento dos
56 projetos direcionados ao Tietê, e a parte ambiental também tem uma pegada, em especial, na questão
57 de restauração das Áreas de Preservação Permanente do Tietê, com foco no Alto Tietê, lógico, no
58 todo do Tietê, mas com um foco especial no Alto Tietê. Tem também uma proposta que foi divulgada
59 no Dia Mundial do Meio Ambiente, de estruturação de parques, no entorno do Tietê, nós temos alguns
60 projetos, e está previsto no nosso PPA a implantação e melhoria de dois parques urbanos no entorno
61 do Tietê para que fortaleça também a visitação nessas áreas que são tão relevantes para a comunidade,
62 em especial para as comunidades carentes. E aí, pra finalizar, em relação a essa questão do que foi
63 noticiado no site da SEMIL, o Governo de São Paulo e a ANA, Agência Nacional de Águas e
64 Saneamento assinaram um acordo para aprimorar a gestão dos recursos hídricos no estado de São
65 Paulo. Tem um acordo que visa ampliar ou melhorar essa gestão compartilhada, ou de forma assistida,
66 com a Agência Nacional de Águas, em especial em relação à questão de segurança de barragens, e
67 em relação também ao monitoramento de qualidade de águas, então é outro trabalho relevante que a
68 gente entende que vai trazer um resultado positivo para essa gestão hídrica no estado de São Paulo.

69

70 **00:09:03 Anselmo Guimarães:** Obrigado, senhor presidente Jonas. Em continuidade, tenho alguns
71 comunicados aqui pela Secretaria Executiva. Inicialmente, queria convidar todos os conselheiros e
72 toda a sociedade para participar das próximas Audiências Públicas convocadas pelo CONSEMA. A
73 primeira delas é no dia 14 de setembro, sobre a Proposta de Ampliação da Floresta Estadual e da
74 Estação Ecológica de Assis, de responsabilidade da Fundação Florestal, lá no município de Assis. No
75 dia 23 de agosto, essa aqui na zona norte do município de São Paulo, que é o EIA Rima do
76 empreendimento Ampliação da Atividade de Extração de Granito e Saibro, de responsabilidade da
77 Basalto Pedreira, unidade Cachoeira. Ambas têm início às 17 horas, e para consultar o edital de
78 convocação e outras informações de participação, solicitamos acessar a página eletrônica
79 www.semil.sp.gov.br/consema. Lá tem as informações mais detalhadas sobre o edital de convocação
80 e as inscrições para participação. Em sequência, à mesa declara empossado o conselheiro major PM
81 Júlio César Araújo da Silva, na qualidade de membro suplente do comando de policiamento
82 ambiental da Secretaria de Segurança Pública, em complementação ao mandato do major Guilherme
83 Dartagnan de Carvalho e Silva Boppré, nomeado por ato do governador, publicado no Diário Oficial
84 de 29 de julho de 2023. Registramos nossas boas vindas aqui ao major Júlio César. Na verdade, o
85 retorno a esse plenário do CONSEMA. Seja bem-vindo novamente, sua presença sempre engrandece
86 os nossos trabalhos. E agradecemos ao major Guilherme Boppré também pelo excelente trabalho

prestado aqui junto a nós no CONSEMA. Nós vamos passar agora aos 30 minutos de fala divididos entre os conselheiros para tratativas de assuntos de interesse geral. Nós temos aqui previamente inscritos já alguns conselheiros, senhor secretário, que é o Roberto Resende, também o Beloyanis Monteiro, nós temos o Andrés também inscrito para fazer uso da palavra. Nós temos a conselheira Rosa Ramos, tem o conselheiro Rodrigo Levkovicz, conselheira, Cristina Murgel, conselheiro Paulo Nelson, a Gilda e também Fernando Prioste. Mas algum inscrito? Perfeito, nós temos aqui nove conselheiros inscritos, nós temos então aqui três minutos e meio aqui, três minutos com uma conclusão para cada um dos conselheiros que forem usar a palavra. Vou abrir aqui para essa tríade, Roberto Resende, Beloyanis e Andrés, que já informaram que cederiam a palavra para o Cláudio Maretti, também para o lanche da região de Atibaia para fazer uma exposição, mas vou passar primeiro a palavra oficialmente para o Roberto Resende.

00:12:26 Roberto Resende (Instituto Iniciativa Verde): Bom dia a todos, obrigado aqui. Eu vou, como o Anselmo já adiantou, a gente vai compartilhar aqui a palavra para os representantes da sociedade civil de Atibaia. Então, já, sem mais delongas.

00:12:48 Cláudio Maretti: Bom dia, prazer estar aqui nessa casa. Um conselho histórico tão importante, rever colegas e amigos, agradecer especialmente ao Roberto, Belo e Andrés pela cessão da palavra. Nós vimos aqui, e eu solicitaria passar umas imagens, falar de uma proposta de construção de uma estrutura chamada Sky Bridge, que é uma construção de cerca de 16 metros de altura, uns 30 metros de comprimento, para uma passarela com vidros na Pedra Grande, que é um monumento natural estadual. Se eu não estou equivocado, o Plano de Manejo das Unidades de Conservação do contínuo Cantareira foram aprovados por este conselho. E, no nosso entendimento, é que desde a Constituição a responsabilidade no caso do governo estadual em proteger o meio ambiente de qualidade sadia, a própria lei do SNUC, o Decreto de criação da Unidade de Conservação e o seu Plano de Manejo permitem estruturas de visitação, mas não que comprometam a paisagem da Pedra Grande. A paisagem da Pedra Grande é apreciada pela cidade de forma muito proeminente. Ela consta no próprio brasão da cidade, ela foi palco de um movimento da sociedade 40 anos atrás, em defesa da Serra de Itapetinga, que gerou o tombamento estadual pelo Condephaat e, em 2010, a criação desse conjunto de Unidades de Conservação, inclusive o monumento natural estadual. Monumento natural cuja categoria de Unidade de Conservação, além da biodiversidade, protege a paisagem. Além disso, nessa área, ocorre tradicionalmente a atividade do voo livre. Nós temos aqui conosco uma série de organizações, inclusive dois representantes do Clube Atibaiense de Voo Livre, e da Confederação Brasileira de Voo Livre, além do Salve Atibaia, que luta pela qualidade do município, Coletivo Socioambiental, Ata Cultural, Coletivo Teia Colaborativa, Coletivo pelo Córrego do Onofre, entre uma série de outras organizações. Nosso entendimento é que a legislação não permite o que a sociedade não quer. Já houve um conjunto de manifestações na cidade, passeatas, manifestações na frente do largo da matriz, reunião com o prefeito, abaixo assinado, várias dessas organizações já encaminharam à Cetesb para que a Fundação Florestal e o Condephaat e a Cetesb neguem essa solicitação. Foi feito já uma sondagem, uma autorização preliminar, a Pedra, portanto, já foi furada, que no nosso entendimento não deveria ter ocorrido, uma vez que a estrutura não seria permitida na área. Nós entendemos que esse movimento pode ser feito em favor das Unidades de Conservação. Existe ali uma intenção de turismo, nós temos um documento colaborativo construído na cidade, no

município e região, defendendo, por exemplo, turismo sustentável, integrado, com escolas de forma de aprendizagem e que permita a integração dos visitantes com a natureza. Não seria esse tipo de turismo, através de uma plataforma com cinco minutos de visitação, para fazer uma selfie, que geraria uma integração com a natureza, uma reconexão e a percepção da importância da natureza para a vida humana. Então, a nossa proposta é que haja, junto com o processo que está em andamento, de pavimentação do acesso, de construção da guarita, até a proposta que já existe de construção de um centro de visitantes e de banheiros e etc., para essa visitação que chega a milhares, 2, 3, 4 mil, alguns fins de semana mais demandantes, que essa estrutura, que já está aprovada com recursos do estado, através dos fundos de turismo, da ADTur, que ela seja implementada, mas que a capacidade da Fundação Florestal, nas Unidades de Conservação da região seja fortalecida. Nós temos ali um monumento natural, estadual da Pedra Grande. Temos o parque estadual do Itapetinga, que praticamente contorna o monumento estadual, e temos a APA do Sistema Cantareira, que pega o restante do município e outros municípios da região. E há uma série de demandas. Precisamos estabelecer pessoal para a guarita, para o centro de visitantes, para limpeza, monitores para uma visitação adequada, combate a incêndios que, dado as formações rupestres, são muito comuns naquela região, e a própria vigilância, mas sobretudo, para o desenvolvimento das atividades dos outros atrativos turísticos. O próprio Plano de Uso Público tem pelo menos meia dúzia de áreas prioritárias, a Pedra do Coração, as estradas municipais vicinais rurais, as trilhas que foram melhoradas por um projeto em parceria com a prefeitura e uma ONG local, a Simbiose, estão novamente se deteriorando, com erosão, sinalização, se perdendo. Portanto, o nosso entendimento em uma solicitação ao Conselho Estadual de Meio Ambiente do estado de São Paulo, que se pronuncie contrário com uma recomendação contrária, obviamente, o processo de licenciamento passará pela Cetesb com consulta à Fundação Florestal, ainda não ocorreu, neste momento só foi autorizado a sondagem preliminar para os estudos, mas que esse conselho pudesse se pronunciar contrário à construção de uma estrutura que altera justamente a beleza do Mirante, que já é natural, que não promove uma visitação de integração, que não propicia um turismo integrado sustentável para a região e de reconexão da sociedade com a natureza, que ao mesmo tempo recomende o fortalecimento da capacidade da Fundação Florestal na região e parceria com a prefeitura, assim como ocorre, por exemplo, no monumento natural da Pedra do Baú e outros. Então essa é nossa manifestação, traz também a defesa da atividade do voo livre, que além de tradicional, tem daquela região de Atibaia, pessoas praticantes com liderança Internacional, acabaram de ter terceiro lugar no campeonato internacional, já tivemos situações melhores. E essa estrutura traz risco à própria atividade de voo livre, os próprios voadores, e aqui presentes têm manifestado isso por escrito, e em manifestações públicas. Essa, portanto, é a nossa declaração em nome da sociedade, é um movimento super integrado, com uma dúzia ou mais de associações, coletivos e etc., e a nossa solicitação de posicionamento é do Conselho Estadual, da Fundação Florestal, e da Cetesb. Não sei se os colegas querem acrescentar alguma coisa ou se tem algumas perguntas que a gente estaria à disposição para responder. Muito obrigado, então ficamos à disposição.

00:20:43 Anselmo Guimarães: Muito obrigado pela participação. Então ele falou aqui pelos tempos do conselheiro Roberto Resende, Beloyanis, Gilda e Andrés. Tem mais algum tempo remanescente, quer fazer alguma conclusão sobre o assunto? Podemos chamar o próximo conselheiro? Perfeito,

obrigado. Está aqui o Rodrigo Levkovicz. Eu acho que é importante, até oportuno, já prestar alguns esclarecimentos iniciais. Seja bem-vindo, conselheiro.

00:21:10 Rodrigo Levkovicz (FF): Bom, primeiro é cumprimentar o Cláudio Maretti, nosso amigo, e é uma atuação que a gente respeita muito, viu Cláudio? Acho muito bom você estar aqui falando. A gente até tinha comentado que nós divergimos em relação a sondagem, só, né. Você acha que, de prévia, não poderia, e no nosso entendimento foi no sentido de que a sondagem, seria possível. Mas só para tranquilizar a todos, em relação à sondagem, a Cetesb consultou a Fundação Florestal. Foram colocadas algumas condicionantes de não ter supressão de vegetação, e a gente queria saber se é possível ou não. O empreendimento em si, ele vai demandar um procedimento de licenciamento no qual a Unidade de Conservação vai ser ouvida, e ouvida com o seu conselho, um conselho amplificado, a gente não vai ser leniente nesse debate social, caso haja esse pedido, né? Acho que isso é importante trazer. E também vamos analisar a questão de ambiência para ver se os impactos estéticos a monumento vão ser afetados. Então, a gente está numa fase preliminar, não tem uma análise técnica, ela vai ser feita e, além disso, em conjunto com a sociedade. Então tudo isso que vocês estão trazendo, uso múltiplo, ouvir a sociedade, ouvir os requerimentos de quem está lá todo dia, isso vai ser muito importante para a gente, então assim, fiquem tranquilos, porque esse vai ser um debate amplificado, caso haja o pedido, tá? E também teremos uma análise técnica para olhar ambiência, uso múltiplo, aspecto estético. Então, só dando esse feedback e agradecendo a presença e os ensinamentos de sempre. Obrigado.

00:22:51 Anselmo Guimarães: Obrigado. Ainda tem tempo, pode falar.

00:22:56 Cláudio Maretti: Só pra agradecer, porque, de fato, a Fundação Florestal já chamou uma reunião do Grupo de Trabalho de uso público, que já analisou o caso, está encaminhando para segunda-feira uma reunião do conselho do monumento natural estadual da Pedra Grande, que vai se manifestar sobre esse caso. Portanto, obrigado à Fundação Florestal por dar esse espaço.

00:23:16 Marcelo Lash: Só para concluir, eu sou Marcelo Lash, do Salve Atibaia, junto com o pessoal do voo livre e outras associações, queria agradecer o espaço e também colocar que há uma petição pública que já tem mais de 20 mil assinaturas, e todos os movimentos que a gente fez nos últimos 40 dias na região tem tido ressonância da sociedade e apoiando o “Na Pedra Grande Não”. Eventualmente, a gente tem propostas para o na “Na Pedra Grande Sim”, a gente apresentou e protocolou todos os documentos. Agradeço o espaço e parabéns.

00:23:56 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Marcelo Lash, Cláudio Maretti, obrigado, Rodrigo, pelo pronto esclarecimento. Vamos retomar, então, agora a nossa ordem de inscrições, vou convidar aqui o conselheiro Paulo Nelson do Rego para fazer uso da palavra.

00:24:07 Paulo Nelson do Rego (Instituto Educa Brasil): Bom dia a todos. Inicialmente, eu gostaria de fazer um pedido de esclarecimento para o Rodrigo da Fundação Florestal, como é que se daria o apoio da Fundação à Unidade de Conservação municipais que foram criadas e não tem plano de manejo e não tem nenhum tipo de apoio? Então assim, mais no sentido que a gente está querendo

fomentar algumas unidades que estão criadas e que a gente sabe que o município às vezes fica leniente sobre isso e que a gente gostaria de ter a parceria da Fundação para saber como fomentar. Eu queria agora passar a minha palavra para o Pedro Cappelletti, aqui de São Roque, que ele tem algumas considerações sobre o plano diretor, e eu acho muito importante que a nossa bancada esteja dando voz a todos os interessados do município, porque acho que esse é um dos papéis que a sociedade civil tem, é realmente dar voz a toda a sociedade.

00:25:16 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro Paulo Cappelletti também foi indicado pelo conselheiro Fernando Prioste para fazer uso da palavra. Ainda tem dois minutos, caso exceda, a gente já usa o tempo do Fernando Prioste. Por favor, seja bem-vindo, à palavra sua, Paulo.

00:25:26 Paulo Cappelletti: Obrigado, obrigado por nos receber. Obrigado, Paulo. Eu falo em nome da sociedade civil organizada de São Roque. Em contato com o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Roque. A gente sabe da autonomia dos municípios para fazerem seus planos diretores, mas acreditamos que seja do interesse do CONSEMA impedir um claro retrocesso ambiental. Solicitamos o apoio do CONSEMA para que a revisão do plano diretor do município de São Roque atenda as exigências legais de adequação do plano de manejo da APA Itupararanga, respeitando a preservação da reserva da biosfera do cinturão verde, declarada pela Unesco. A gente gostaria, por favor, que a prefeitura apresentasse estudos técnicos de análise de alinhamento do plano de manejo da APA, e a justificativa dos critérios na demarcação dos mapas de zoneamento. O importante, esse plano diretor está sendo pedido para ser votado em urgência. Vai acontecer dia 5. Se ele passar. 1.176.000 metros de mata nativa estão ameaçados. A gente tem muito pouco tempo. A gente tem 4 dias úteis, então eu peço, por favor, se o CONSEMA puder dialogar com a prefeitura de alguma forma para impedir que isso siga adiante. Obrigado.

00:27:02 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Conselheiro Fernando Prioste? Três minutos, conselheiro.

00:27:11 Fernando Prioste (ISA): Bom dia a todos e todas. É uma manifestação breve para agradecer ao Rodrigo Levkovicz e o secretário Jonatas, na figura da secretária Natalia Resende, pela visita que fizeram à Comunidade Quilombola de Bombas, a cerca de 20 e poucos dias, para conhecer, tanto da demanda da comunidade de bombas, como para poder dialogar sobre as demandas das comunidades tradicionais, mais especificamente os quilombolas, não só da estrada especificamente, mas de todas as outras demandas, e de uma combinação que a gente fez de ter uma pauta estruturada, da gente se reunir de forma periódica e avaliar essa pauta. A gente tinha uma reunião marcada para a semana passada, salvo engano, que o Anderson teve um problema e não conseguiu fazer a reunião, sofreu um acidente, mas que a gente espera que a gente possa marcar essa conversa, em conjunto com a Fundação, e dialogar sobre todas essas pautas. Então, vamos dizer assim, uma missão de reconhecimento, porque nunca houve, na história do estado de São Paulo, um secretário ou uma secretária de estado que tivesse ido à Comunidade de Bombas e tampouco um secretário ou secretária de estado que tivesse ido a uma comunidade quilombola com abertura para fazer um debate como foi aberto. Então a gente tem bastante esperança de avançar nessas pautas nos próximos anos, obrigado.

257
258 **00:28:17 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Utilizando aqui os tempos
259 remanescentes, a conselheira Gilda Nunes gostaria de passar o remanescente para o suplente Eduardo
260 Leduc. São dois minutos.

261
262 **00:28:32 Eduardo Leduc (Cunhambebe):** Bom, bom dia a todos. Eu vou ler para garantir que eu
263 fique dentro do tempo. Minha fala representa os interesses de diversos representantes da sociedade
264 civil aqui representada, é sobre os estudos de risco e movimentação gravitacional de massa e
265 alagamentos no litoral norte. Em nossa primeira reunião do CONSEMA deste ano, me manifestei
266 sobre a importância e urgência deste tema e recebemos a informação que os estudos estavam
267 encaminhados. Neste ano, mesmo no inverno, estamos tendo alta precipitação e deveremos chegar
268 ao verão com solo já bem saturado, intensificando os riscos novamente. Até o momento, não temos
269 notícias, não vemos o andamento e nem a previsão de entrega das prometidas atualizações dos mapas
270 de riscos, tão falada pela mídia na época da tragédia e que são fundamentais para ações preventivas
271 para salvar vidas humanas e a Mata Atlântica. Os estudos indicam que prevenir é três vezes mais
272 econômico para o estado do que remediar esse tipo de tragédia. Venho novamente solicitar urgência,
273 que seja incluído na próxima pauta do CONSEMA também, nós protocolaremos esse pedido
274 oficialmente, sobre a situação dos mapas de risco para somarmos esforços nas localidades para sua
275 utilização responsável. Enquanto isso, os planos diretores avançam com ocupação do solo, sem mapas
276 ou com informações defasadas. Muito obrigado.

277
278 **00:30:03 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, agora a conselheira Rosa Ramos, da OAB.

279
280 **00:30:12 Rosa Ramos (OAB):** Muito bom dia. Quero, em nome da presidência dos trabalhos, o
281 Jonatas, cumprimentar a todos. Eu tenho três pontos aqui para a gente se manifestar: quero começar,
282 primeiramente, com um convite, nós realizaremos no dia 4 de setembro, a segunda rodada do Fórum
283 Permanente de Mudanças Climáticas e Desastres Naturais da OAB São Paulo, então, junto com o
284 conselho federal, então quero convidar a todos para que estejam presentes. Temos, com muita
285 satisfação, inclusive, a participação, a confirmação da participação do secretário do Jonatas. Será uma
286 honra para nós recepcioná-lo em nome da Secretaria. Todos vão receber, encaminhei para o nosso
287 secretário executivo, então, já agradeço o envio da pauta e do card para que caso alguém se interesse
288 também possa divulgar para nós. O segundo ponto que eu gostaria de registrar é em relação ao
289 credenciamento para a COP 28. Todos sabem que de 28 de novembro a 12 de dezembro teremos
290 novamente a COP, este ano, em Dubai. A OAB São Paulo, no último ano, participou e nós
291 requeremos à Secretaria o credenciamento via CONSEMA, uma vez que entendemos, de acordo com
292 a lei estadual, nós, conselheiros, temos esta atribuição, como serviço público também, e que então a
293 Secretaria poderia realizar o nosso credenciamento, que deixo aqui registrado a intenção, que isso
294 seja feito, obviamente, não só para a OAB, que estará participando, mas também, se há algum outro
295 conselheiro se interessar, que isso possa ser viabilizado via Secretaria. O terceiro ponto, embora
296 muitos possam perguntar, porque esse ponto está sendo trazido aqui para o conselho, mas na verdade
297 se trata de um ponto de interesse de toda a sociedade. Eu não sei se algum conselheiro está
298 acompanhando, mas está na Alesp, na Assembleia Legislativa do Estado, um projeto de lei de 752,
299 de 2021, um projeto do judiciário paulista, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que trata do aumento

das custas judiciais no estado de São Paulo. É um projeto que, sem sombra de dúvida, e nós da OAB fizemos estudos pormenorizados acerca disso, aumentará as taxas sobre maneira, que inviabiliza, impede o acesso à justiça, principalmente da classe média. Nós, que militamos na área ambiental, e muitas vezes não só no preventivo, consultivo, e muitas vezes no contencioso, sabemos que o aumento das taxas judiciais vai impactar o acesso à justiça de toda a sociedade. A OAB tem feito um movimento incisivo em relação aos deputados para que não aprovem esse projeto. E então registrar aqui, porque isso também impacta na área ambiental, é muito importante. Peço a todos que se debruçam sobre esse projeto de lei, porque ele afeta a todos nós. Então, eu vou pedir para a Secretaria Executiva para que remeta a todos os conselheiros o PL. Ele, por exemplo, num caso de agravo de instrumento numa ação judicial quase que dobra o valor, hoje para a gente agravar para o Tribunal de Justiça uma decisão em primeira instância, a gente tem que pagar por volta de 340 reais. Com aprovação desse PL, isso quase que vai a 600 reais, ou seja, inviabiliza todo o processo, impedindo que muitos possam então dar sequência. Uma execução de sentença, por exemplo, também você vai ter que pagar o que era até então já pago nas custas iniciais com esse projeto de lei, terá que ser pago para que você possa executar uma sentença que lhe foi favorável, ou seja, é sim de interesse de todos nós, por isso trago o assunto aqui para que todos possam, então, se debruçar sobre isso, porque não é um projeto de lei que foi divulgado para que a sociedade possa se manifestar, e por vezes, ir contra então a aprovação através dos seus representantes na Assembleia Legislativa. E, por fim, um agradecimento...

00:35:12 Anselmo Guimarães: Prefeito, muito obrigado conselheira Rosa Ramos, desculpa, já encerrou o seu tempo, nós temos muitas pessoas inscritas. Gostaria de pedir a gentileza de, caso tenha mais manifestações, encaminhar para a gente por escrito, para que a gente possa encaminhar aos demais conselheiros. Vou pedir humildemente a sua compreensão. Nós estamos ainda com vários inscritos aqui, a gente já ultrapassou em um minuto seu tempo, mil perdões, mas muito obrigado, conselheira.

00:35:36 Rosa Ramos: Pois não, secretário, não tem problema. Eu encaminho por e-mail. Obrigada.

00:35:39 Anselmo Guimarães: Muito obrigado pela sua compreensão. Nós temos duas pessoas que se inscreveram aqui depois dessa rodada, que é o conselheiro Rogério Menezes e também o conselheiro Ricardo Crepaldi, que estão além já desses 30 minutos que a gente já dividiu aqui em calculadora para todos os conselheiros. Então vou chamar aqui a conselheira Cristina Murgel, que já estava inscrita para fazer uso da palavra, e depois eu peço ao plenário a sessão de pelo menos dois minutos para cada um dos conselheiros, para que possa fazer uma rápida manifestação. A gente pede sempre a gentileza de se inscrever no início para que a gente possa dividir equanimemente o tempo entre todos os conselheiros. Tempo é escasso, a gente sabe disso. As pautas são importantes. A gente tem várias pautas aqui para que a gente possa ter mais tempo para os debates. Então conselheira Cristina Murgel, por gentileza,

00:36:31 Cristina Murgel (SAA): Bom dia a todos, a minha fala é muito rápida. Na verdade, é apenas acusar que o recebimento do relatório protocolado pelo conselheiro Roberto Resende, que foi protocolado na última plenária. No dia 15 de agosto, ele nos encaminhou uma complementação. É

um relatório que trata da situação dos cadastramentos rurais na região do Mosaico do Jacupiranga. Nós imediatamente abrimos um expediente, foi passado para a nossa área técnica. Não tivemos condição de trazer para essa plenária, mas estamos nos comprometendo a protocolar antes da próxima, com ciência a todos os conselheiros, e aproveitar para agradecer ao conselheiro Roberto Resende, ele coloca ali questões importantes, que estão sendo verificadas e auditadas, e todo aquele conselheiro que precisar fazer algum questionamento em relação à regularização ambiental do estado de São Paulo, por favor, nos encaminhe. É com isso que a gente avança e que a gente corrige eventuais falhas ou eventuais necessidades que não estamos às vezes a perceber. Então, fica aqui o compromisso, Roberto, não foi possível realmente, a equipe técnica consolidar todos os dados. Há um CIC, há uma pergunta no CIC. Essa resposta já está pronta. Se não foi encaminhada, deve estar sendo encaminhada nos próximos dias, e a gente protocolará em tempo oportuno, obrigada.

00:38:06 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, conselheira. Conselheiro, também inscrito previamente, conselheiro Rodrigo Levkovicz, por favor.

00:38:22 Rodrigo Levkovicz: Bom, só alguns informes. Primeiro, hoje é aniversário do PESM, então eu tenho que fazer esse destaque, a nossa maior Unidade de Conservação que protege a Mata Atlântica, 46 anos, e então fazer uma homenagem a todos aqueles que lutaram pela Unidade, ter sido criada e, principalmente, ter sido mantida. Acho que é um parabéns para todos nós e vamos em frente. Segunda coisa, ações na Vila Sahy. A Secretaria, junto com a CDHU, junto com o IPA, está se mobilizando para ter uma ação de mitigação do escorregamento que aconteceu, acho que o nosso secretário Jonatas pode falar melhor depois, mas a gente está prevendo um hidrojateamento com bel mantas para ajudar a superar o período de chuvas e diminuir o número de lama, e preparar o solo para uma recondução natural ou/e assistida a seguir, é a primeira fase de um projeto de restauração. Terceira coisa, aqui a Fundação lançou um curso de monitores ambientais autônomos, e aí eu quero agradecer as diversas instituições que participaram dando palestras, então a gente teve palestra do IPA, o próprio Cláudio Maretti deu palestra, Fábio Feldman falou, especialistas das mais variadas áreas, professora Sueli Furlan. Então assim, muita gente trouxe contribuições, isso virou um EAD e está sendo lançado, a gente tem formação de mais de 2.700 monitores novos, 1400 pessoas que vão ser qualificadas, mas que não vão ser monitores, porque a gente tem vagas determinadas, e às vezes as pessoas, elas têm que morar no entorno da Unidade de Conservação para ser monitor autônomos, e a reciclagem de 250 pessoas. Estrada de bombas, atualizar, Fernando, obrigado. Realmente, a Natália deu um show na gente, foi na frente, viu, chefe. Sempre tivemos que correr para alcançar a secretária, que ela estava empolgada, foi muito legal, agradecer as comunidades pela recepção, agradecer a vocês por estarem conosco, e o EIA Rima já está sendo feito, tá? A gente lançou um chamamento público, agradecer ao Thomaz, a Cetesb, toda equipe que tem se empenhado em, junto conosco, agilizar esse procedimento dentro do tempo legal e com a segurança técnica que só a Cetesb e outros órgãos, tipo o Ibama, podem oferecer. Dizer que a gente está em *Ocean Week*, então, isso é um pedido, quem tiver interesse é uma iniciativa promovida pela USP, pelo Instituto Oceanográfico, no Memorial da América Latina, começa hoje, bastante interessante, fica aí o convite a todos participarem, pedindo ao professor Alexandre Turra, fazendo essa referência, dizendo mais uma vez que a gente está avançando nos protocolos de manguezais e oceanos, de novo reitero o convite. E, por fim, agradecer a conselheira Gilda e os conselheiros do CONSEMA que se propuseram a estar

conosco para fazer, para nos ajudar a definir a metodologia do processo de consulta para a modernização da Fundação Florestal. Nossa equipe se reuniu com a conselheira Gilda ontem, que deu contribuições importantes e dizer que a gente agregou, viu secretário, uma consulta a todos os conselhos das Unidades sobre os temas mais relevantes para que a Fundação Florestal se preocupe no futuro. Então obrigado, Anselmo, desculpa ter excedido o tempo.

00:42:03 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, Rodrigo. Está conosco aqui online, conselheiro Rogério Menezes. A mesa, o plenário cedeu, então, o tempo de participação. Bom dia, conselheiro Rogério Menezes. Peço então a gentileza apenas de uma objetividade na sua fala, só para a gente já poder encerrar esse momento, entrar na pauta. Bom dia, conselheiro Rogério Menezes. O presidente da ANAMMA São Paulo, obrigado.

00:42:29 Rogério Menezes (Anamma/SP): Muito bom dia a todos e a todos. Queria complementar, inicialmente, através do Anselmo Guimarães, todos da equipe do CONSEMA, Secretaria Executiva, cumprimentar o secretário Jonatas, que representa a secretária Natalia. Cumprimentar quem nos representa hoje presencialmente, que é a Verônica Sabatina, secretária municipal de Itu, e aos demais que estão virtualmente através da doutora Rosa, da OAB São Paulo. Também cumprimentar o presidente do Ceivap (Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul), que acompanha essa sessão, Manara, e dizer de forma muito objetiva e curta, a ANAMMA reforça a necessidade de que o Programa Município VerdeAzul responda aos pontos dos nossos questionamentos, das contribuições que fizeram para a evolução do programa por ofício. E deixar registrado que a resposta enviada é genérica, é insuficiente, não fez uma análise dos pontos colocados pela ANAMMA. Então, a gente gostaria que fosse refeito a nota técnica para que a gente pudesse se sentir respondido nas nossas sugestões e questionamentos. Também gostaria de deixar registrado o que eu sempre faço a necessidade que os municípios têm simbolicamente, historicamente, por toda a luta de avançar a taxa de controle e fiscalização ambiental. Os municípios que estão aptos, assinaram os acordos com o estado para que o estado passe a repassar, e é um trabalho conjunto em relação à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, que os municípios esperam chegar a cidades desde o começo dos anos 2000, 2001, se não me engano, com alteração...

00:44:30 Anselmo Guimarães: Ele travou para a gente aqui, só para registrar. E a coincidência foi grande que foi justamente no encerramento do tempo destinado para ele, mas travou mesmo, não foi a gente, a conselheira Verônica está aqui de prova. Obrigado. Repito, contribuições adicionais, por favor, encaminhem por escrito também. A gente repassa para todos, como já é de praxe. Então agora eu passo a palavra para o Ricardo Crepaldi, representante da ABES, seja bem-vindo, conselheiro, por favor.

00:45:07 Ricardo Crepaldi (ABES): Obrigado, Anselmo. Bom, eu vou ser bem rápido, gente, deixar os agradecimentos para depois no cafezinho. Mas bom dia a todos e todas. Queria falar sobre um assunto, nós fizemos, como ABES, junto com a ASCAM, que é a Associação de Catadores de Bauru, o encontro regional. E nesse encontro regional, mais de 32 cidades foram representadas e o resumo deste encontro, nós, como ABES, levamos lá a logística reversa com o Fabrício Soler falando e com as cooperativas diretamente, mas o ponto que eu quero levantar no nosso conselho, é que nós temos

alguns pontos que nós, como um conselho, temos que verificar, por exemplo, porque as políticas municipais de resíduos sólidos estão segregando as cooperativas, e elas não estão sendo colocadas no meio, e neste meio está sendo colocado em grandes empresas com concessões, isso está fazendo com que essas cooperativas morram, e essas pessoas, algumas delas vão para a informalidade, na informalidade da coleta seletiva. Ao mesmo tempo, nosso CT de Políticas Públicas está trabalhando dentro da revisão de alguns pontos, pedido por esse plenário sobre logística reversa, e esse ponto das cooperativas ataca diretamente os trabalhos que a gente quer e as metas que a gente quer fazer na logística reversa do estado. Eu queria deixar apontado isso, Anselmo, para ficar em ata, para a gente poder pensar dentro de uma conjectura do estado, como apoiar e melhorar esse sistema de cooperativas e apoiar que eles não morram dentro do sistema, apesar de estar dentro da lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Obrigado.

00:47:00 Anselmo Guimarães: Muito obrigado pelo registro. De fato, será registrado na forma solicitada. Agora nós vamos passar então aos comentários da mesa. Passo então a palavra para o senhor subsecretário Jonas.

00:47:00 Jonas Trindade: Só para reforçar, em relação à questão da proposta de construção da Sky Bridge, que tem um processo ainda que vai ocorrer, não tem ainda um licenciamento em curso, para reforçar também o trabalho, a seriedade de condução desse processo. Em relação ao apoio da Fundação para os municípios, Rodrigo, eu acho que é importante você comentar o tipo de colaboração que a gente pode oferecer. Eu acho que... por favor, fica à vontade, rapidinho.

00:47:52 Rodrigo Levkovicz: Bem rapidamente, desculpa até conselheiro. Primeiro, assim, eu acho que é importante dizer que o plano de manejo, o Comitê de Planos de Manejo, formado por toda a Secretaria, tem um papel super importante, porque eu acho que o que a gente pode pensar é, primeiro fazer uma capacitação no nosso roteiro metodológico para a gente pensar juntos, eventualmente fornecer alguns termos de referências mais antigos que a gente fazia a contratação do serviço, e aí, eu acho que talvez aí secretário, com sua batuta, a gente reunir as equipes técnicas e pensar em alguma capacitação para que os agentes municipais possam aprimorar as suas espertezas. Eu olho assim dessa maneira, sem prejuízo, a gente evoluir no planejamento e execução de alguma atividade específica.

00:48:39 Jonas Trindade: Eu acho que nós temos um corpo técnico muito valoroso na Secretaria e na Fundação e acredito que a gente possa colaborar nesse sentido, de como melhorar a gestão, de como fortalecer os municípios nesse arranjo, estado e município, para fortalecimento das unidades de conservação.

00:49:03 Paulo Nelson (Educa Brasil): Só agora só quero agradecer, Rodrigo, o esclarecimento e assim, a nossa iniciativa, principalmente em São Sebastião, vou ser bem, claro, a gente sabe que o município hoje tem uma possibilidade de recursos extras, e assim, a gente tem uma Unidade de Conservação criada que está na área de amortecimento do parque estadual da Serra do Mar. Então, eu gostaria muito de levar ao município esse momento, então, por isso mesmo eu fiz a pergunta, a gente vai acionando na medida do possível, muito obrigado.

472
473 **00:49:37 Jonas Trindade:** Em relação ao que foi posto sobre São Roque, questão do plano diretor,
474 nós vamos ter que decidir a forma de condução desse processo, seja por meio do envio do documento
475 que foi apresentado ou como podemos colaborar para que tenha um arranjo respeitando também as
476 competências próprias do município, em relação à definição do plano diretor, mas entendendo que
477 tem uma interface direta também com o Zoneamento e com outros instrumentos de gestão, então a
478 gente pode colaborar também nesse sentido, temos aqui a representante Natália, que pode falar um
479 pouquinho e aproveitar também, falar em relação à questão da consulta, reforçar a importância
480 também da ANAMMA participar dessa consulta pública em relação ao PMVA. Por favor, Natália.

481
482 **00:49:37 Natália Micossi:** Bom, complementando então, que o próprio Rodrigo falou, acho que a
483 CPLA está à disposição também por conta do programa de capacitação do Zoneamento Ecológico
484 Econômico do estado. A gente está com algumas oficinas já organizadas por zonas, então, com apoio,
485 especialmente para a gestão municipal nesse primeiro momento, a gente se coloca à disposição,
486 inclusive pensando na articulação com os planos diretores e leis de uso e ocupação do solo. Com
487 relação ao Programa Município VerdeAzul, a equipe tinha respondido, de fato, o ofício para a
488 ANAMMA, e foi alegado a questão de estar genérico. Fizemos depois uma reunião, no dia 12 de
489 julho, e a equipe se comprometeu a responder ponto a ponto as questões que estavam sendo colocadas
490 pela ANAMMA. Esse expediente já está finalizado. Ele está em tramitação, a ANAMMA deve
491 receber essa resposta nos próximos dias, mas o que a gente gostaria de ressaltar é que alguns dos
492 pontos foram incorporados nessa nova proposta que se coloca agora para consulta pública, a gente
493 conta também com a contribuição da ANAMMA nessa discussão, para, de fato, ainda contribuir com
494 o processo, e a equipe também está à disposição para fazer essa articulação, e se reunir, prestar
495 eventuais esclarecimentos que não tenham ficado claros no próximo expediente, que a ANAMMA
496 deve receber em breve.

497
498 **00:52:00 Jonas Trindade:** Obrigado, Natália. E assim, eu acho que vale a pena destacar a
499 relevância que a Secretaria tem em relação às consultas públicas de uma forma geral. Nós temos um
500 processo de avaliação de tudo o que tem sido trabalhado e o objetivo é realmente envolvê-los,
501 envolver a sociedade civil nessa construção. Tem um papel fundamental da ANAMMA e demais
502 entes que possam colaborar do ponto de vista técnico, e o que eu tenho colocado também é a
503 necessidade de ter uma aderência entre o que é a melhoria de gestão esperada das políticas públicas
504 estaduais, e essa consonância, esse arranjo junto aos municípios, a gente tem que ter uma aderência
505 daquilo também que faça sentido, o que eu tenho insistido com a equipe técnica é, coisas que façam
506 sentido e que tragam a melhoria nos municípios. Por exemplo, algumas coisas que tem muito a ver
507 com a questão de obrigação legal, é obrigação legal, eu não estou entendendo o que agregue na
508 questão do Município VerdeAzul. Por exemplo, se os municípios têm que ter obrigatoriamente um
509 Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, ele tem que ter esse plano, não é o fato de estar no Município
510 VerdeAzul, ele não agrega no contexto do benefício que se espera com esse tipo de política pública.
511 O que a gente precisa é ter esse arranjo por meio do Município VerdeAzul, na colaboração entre o
512 estado com as políticas públicas municipais, na construção daquilo que é mais relevante, aquilo que
513 traga o ganho adicional e não há o que já é obrigação. Lógico que a obrigação a gente pode também
514 orientar, pode trabalhar de forma conjunta, considerando a cooperação técnica que a gente possa

desenvolver com os municípios. Mas o que a gente quer é que os municípios também entendam quais são as políticas públicas principais, que precisam ser trabalhadas do ponto de vista de implementação, de elaboração e implementação da política pública. Então acho que o olhar do Município VerdeAzul tem que ser muito nesse sentido, e a equipe fez uma proposta que foi colocada a consulta recente exatamente com esse objetivo, é ter esse olhar de aprimoramento das políticas públicas, por exemplo, a questão da adaptação e resiliência climática é algo que a gente tem que expandir muito no estado de São Paulo, é algo muito novo que a própria Secretaria está discutindo e trabalhando junto com os com a GIZ. Então, é algo que vai ter que ser aprimorado, trabalhado junto com os municípios, capacitar os municípios nesse sentido é muito importante, trabalhar nos planos de adaptação junto com os municípios é muito importante, então é algo que agrega e que traz um diferencial na definição das políticas públicas municipais alinhadas na lógica do SISNAMA, logicamente. Sim, pois não, Daniel.

00:54:46 Daniel Smolentzov (PGE): Bom dia a todos. Eu queria só complementar a questão do Plano de Manejo das Unidades de Conservação municipais, o estado de São Paulo nós evoluímos nesse assunto porque antigamente nós contratávamos consultorias que faziam os Planos de Manejo, e hoje em dia, já há algum tempo, a elaboração desses Planos de Manejo ela foi internalizada aqui na própria Secretaria, então nós temos uma equipe técnica que se dedica a esse assunto, e faz muito bem, os municípios, obviamente cada município tem a sua realidade, mas eu acho que, nesse sentido aqui que foi solicitado pelo conselheiro, nós podemos pensar em parcerias entre o estado de São Paulo e os municípios que queiram, no sentido de nós orientarmos os municípios a terem uma equipe própria para a elaboração dos Planos de Manejo, com esse roteiro metodológico que foi desenvolvido pelo estado de São Paulo, esse seria um caminho. E um segundo caminho seria para municípios que não possam ter essa estrutura interna, a contratação das consultorias, mas uma contratação já pautada nesse nosso roteiro metodológico que é aprimoramento da nossa experiência, de tantos anos fazendo os Planos de Manejo. Então acho que é bem salutar essa parceria estado com o município para que nós possamos passar essa expertise para os municípios, só essa complementação. Obrigado pela palavra.

00:56:26 Jonatas Trindade: Eu fiquei bem impressionado com a forma como é conduzida a construção desses planos de manejo no estado. Realmente fiquei bem impressionado com como tem sido feito esse trabalho e tão relevante tem sido esse trabalho para as Unidades de Conservação. Então, recomendo muito esse tipo de prática, né? Não acreditava muito, quando o conheci e fiquei bem surpreendido. Em relação à questão do documento que foi recebido, quanto ao plano diretor, nós vamos encaminhar via Secretaria Executiva do CONSEMA para o município, compromisso de envio. Em relação ao que foi colocado pelo conselheiro Prioste, esse trabalho, essa abertura para o debate, para a conversa, como eu tenho reiterado o tempo todo, as agendas não são fáceis. Hoje, a secretária viria para a reunião do CONSEMA, só que foi chamada pelo governador para participar de um evento que o governador convocou. Então tem uma dificuldade de agenda, mas assim, eu falo, sempre que a gente planeja, a gente faz, se não for a secretária, serei eu ou será alguém da equipe técnica para trabalhar nessas agendas, porque são prioridades do estado. Como a secretária colocou, nós temos, dentro do nosso PPA, uma linha de ação específica direcionada, tanto para indígenas como para quilombolas. Nós queremos fortalecer efetivamente o PSA no estado de São Paulo, e aí, o que que a

gente tem feito também, porque a gente sabe que os recursos públicos são escassos, buscando parcerias, inclusive para financiamento deste tipo de política pública. Nós estamos trabalhando em portfólios para divulgar essas políticas e buscar parceiros que tenham intenção, e tem muita gente que tem o propósito de apoiar esse tipo de política pela relevância e pela estruturação que pode trazer os benefícios diretos para esse tipo de comunidade. Então, contar com o arranjo e com o apoio de vocês também é importante, porque vocês já tem uma expertise que possa ser agregada nesse trabalho que a Secretaria tem para desenvolver. No mesmo arranjo que eu vou fazer a apresentação sobre restauração florestal, que são, na verdade, diversos arranjos, a gente conta muito com o apoio de vocês para que a gente possa melhorar cada vez mais essas políticas públicas. Nós tivemos o evento, e eu esqueci de divulgar, um evento recente do biota síntese na semana passada, que o tempo voa, para apresentação de dois relatórios que foram desenvolvidos com o apoio da academia e com apoio da sociedade civil, que traz uma estruturação da política pública muito robusta pelo conteúdo, pela forma como o pessoal tem trabalhado. É realmente buscar ciência, buscar o conhecimento que existe, essa experiência que já existe, para que a gente possa incorporar isso nas políticas públicas e melhorar essas políticas públicas. Eu acho que isso é fundamental, ter esse olhar transversal e ter esse apoio de todos. Em relação à questão dos mapas de risco no litoral norte, o IPA tem trabalhado, mas não é só o IPA que trabalha nessa questão desses mapas, mas o IPA tem trabalhado nesses mapas de risco, revisado na medida que é demandado também, que isso é um trabalho coordenado pela defesa civil e tem outros entes envolvidos, num arranjo coordenado para poder fazer esse acompanhamento. Nós temos feito algumas discussões em relação à questão da restauração. Tenho me envolvido diretamente junto com a equipe da Fundação Florestal nessa questão de restauração, a gente sabe que a restauração da Serra do Mar a gente tem que também ter um cuidado e um olhar também em relação ao tipo de intervenção que vai ser feito dentro da Serra do Mar, a gente não pode fazer uma grande obra de infraestrutura para poder intervir dentro de um parque, então a gente tem que fazer dentro daquilo, de soluções baseadas na natureza, auxiliar com que a natureza tome a frente desse processo de restauração, nessa indução de restauração, mas nós estamos auxiliando a natureza nesse processo. Tem algumas discussões técnicas que a gente precisa ainda fazer, mas em breve nós vamos soltar um edital para uma licitação, né, Rodrigo, para contratação específica e direcionada para o Sahy. Tem outros arranjos que estão sendo feitos, sendo trabalhados, em especial com a participação da sociedade civil, no caso o ICC, que também tem um trabalho de restauração também na Serra do Mar, tentando intervir o mínimo possível do ponto de vista da engenharia, pelo impacto que isso pode gerar na Unidade. Para você, por exemplo, instalar um sistema de drenagem numa área que é tão declivosa, você vai ter que suprimir uma área gigantesca para poder entrar com máquina, e vai ter que fazer um trabalho de engenharia muito pesado. Então, o que a gente quer são soluções mais simples, mas que tragam ganhos para a Unidade de Conservação, do ponto de vista de restauração e de estabilização do terreno. A gente sabe que essa estabilização é complicada, geologicamente falando, são terrenos que tem uma instabilidade natural, não é o primeiro evento que ocorre. A gente sabe que a natureza também, a depender do volume de chuvas que ocorra na região, você pode fazer a melhor obra ou a maior obra de engenharia, se a água vier do jeito que veio no evento de fevereiro, dificilmente você consegue conter. Eu já participei de diversos processos, acompanhei diversos processos de restauração pelo Brasil, tive a oportunidade de trabalhar, sou especializada nessa área, e vejo que tem alguns arranjos que a gente pode fazer para ajudar a controlar, mas evitar de forma plena, de forma que não ocorram novos eventos, isso é muito difícil, muito difícil pelas características

de natureza do terreno, não é que não haja uma possibilidade ou não haja um interesse de fazer algo que possa melhorar esse processo, mas é algo que, do meu ponto de vista pessoal, técnico, eu acho que extrapola qualquer tipo de intervenção que se faça por uma questão natural, eu acho que tem que reforçar isso, mas logicamente, isso não significa que não vão ser trabalhados e está sendo trabalhado entre a Secretaria com CDHU, com Defesa Civil, em projetos que tragam a segurança necessária, a segurança necessária para que diminua, ou que evite as situações que ocorreram em fevereiro, tá? Mas naturalmente o terreno é um terreno muito estável, naturalmente a gente sabe que esses deslizamentos ocorrem. Eu tenho exemplo, por exemplo, no próprio Paraná, na Serra do Mar do Paraná, que recorrentemente têm ocorrido deslizamentos também lá, significativos, em decorrência muito dessas mudanças climáticas, desta chuvas intensas que ocorrem na região. Então, é algo que a gente tem que saber trabalhar, saber entender qual que é a melhor forma de intervir, principalmente numa área que tem uma proteção legal, significativa, que é um parque, é uma área que tem que ter um cuidado especial em qualquer tipo de intervenção que a gente vai fazer na área. E aí, eu já vou pedir para o Anselmo para a gente incluir na próxima pauta de reunião essa questão do risco, vou fazer um convite para o IPA, para que possa fazer uma apresentação do trabalho que foi desenvolvido e que está sendo desenvolvido.

01:03:39 Anselmo Guimarães: Perfeito, anotado aqui.

01:03:42 Jonas Trindade: Em relação à questão do credenciamento para a COP 28, eu não conheço esse processo, mas vamos buscar nos inteirar e ver qual é o caminho para fazer esse trabalho, viu Rosa. Sim, vamos correr que já está bem próximo, a gente sabe do desafio de participar da COP, a concorrência para essa participação é grande, os estados têm se mobilizado e o governo federal também para essa participação, e aí, internamente, eu vou buscar entender esse processo e ver como é que a gente faz para poder mobilizar. E aí eu não entendi, se vocês já apresentaram esse pedido para a Secretaria é isso? Só para confirmar.

01:04:21 Rosa Ramos: Não, ainda não foi efetivado o pedido, secretário, até porque o credenciamento parece-me que abriu agora, dia 20, a semana passada. Então nós vamos encaminhar, eu só quis adiantar exatamente porque sei que esse trâmite interno pode demorar um tempo.

01:04:46 Jonas Trindade: Está certo. Em relação à questão da TCFA, Rogério, eu busquei, fui atrás do processo. O processo está na Assessoria do Gabinete, e aí eu vou pedir, vou cobrar do pessoal a celeridade para dar andamento a esse processo, na última reunião, informei que estava na jurídica. Ele retornou da jurídica, foram feitas adequações e subiu para o gabinete, e aí tem todos os ajustes que tem que ser feito para poder submeter isso a secretária. A secretária já tinha me cobrado esse assunto, e aí eu vou pedir para o gabinete subir essa documentação, subir o que tem que ser feito para que a Secretaria possa dar o encaminhamento necessário. Eu acho que eram praticamente, assim dos pontos principais, que foram falados, eu acho que são esses que mereciam um destaque.

01:05:40 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, secretário, obrigado a todos pelas contribuições. Anotei já as providências que nós vamos tomar. Fica aqui sempre como o canal aberto para a gente difundir tanto essas informações que chegam a todos os conselheiros e a toda a sociedade. Com isso,

gostaria de encerrar o expediente preliminar e convidar a todos para adentrar na Ordem do Dia. São 10 horas e 13 minutos. Então, o primeiro item da pauta é a proposta de atribuição Comissão Temática de Políticas Públicas da tarefa de discutir, propor recomendações das minutas dos anteprojetos de lei específica que criam as seguintes áreas de proteção e recuperação dos mananciais. A PMR Rio Guaió e a PRM Cabuçu Tanque Grande, e a PMR Rio Jaguari. Está conosco aqui o coordenador de recursos hídricos, o César Louvison, da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento, conduzido aqui pela nossa conselheira Samantha, novamente, bem-vindo ao CONSEMA, César Louvison, ele vai fazer uma fala para contextualizar aqui a questão dessas leis específicas para, na sequência, a gente já dar andamento aos debates, por favor.

01:06:55 César Louvison (CRHi): Bom dia, na pessoa do presidente do CONSEMA, nosso subsecretário de meio ambiente, gostaria de cumprimentar a todos os conselheiros, em particular, a minha subsecretária de recursos hídricos, lembrando aos senhores uma frase do Drummond, “lutar com palavras é a luta mais vã, no entanto, lutamos mal nasce amanhã”. Os dois projetos que trago aqui a serem apresentados como atribuição à Comissão Temática de Políticas Públicas, tem uma apresentação muito rápida, não quero tomar muito tempo dos senhores, não. Sabemos da importância desses projetos, mais ainda, sabemos da importância da discussão para que esse instrumento seja refinado e para que esse instrumento chegue no seu caminhar a um bom termo. Antes de propriamente lembrar a legislação aqui, o nosso primeiro item, a lei estadual 9866, de 97, que foi atualizada pela 16.337, ela trazia no seu artigo primeiro normas e diretrizes para proteção e recuperação da qualidade ambiental das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional para abastecimento, assegurados os usos múltiplos que fossem compatíveis com esta caracterização. Por definição, mananciais de interesse regional são águas interiores, subterrâneas, superficiais, fluentes, emergentes ou em depósito, efetivo ou potencialmente utilizáveis para o abastecimento público. Proteção e recuperação da qualidade ambiental são as ações de preservação dos mananciais de abastecimento e de proteção ao meio ambiente, compatibilizadas com uso e ocupação do solo e o desenvolvimento socioeconômico regional. Essa lei gestada em 1997 vinha, carregava, digamos assim, tanto a expectativa da Constituição Estadual, lá nos seus artigos 205 a 213, e a própria lei 7663, que organiza o sistema estadual ou a política estadual de recursos hídricos. Mais importante que isso, talvez o artigo quarto deva ser lembrado. Por quê? Porque ele traz aí o ritual a ser obedecido. Os senhores sabem, estas minutas de anteprojetos de lei são gestadas, são discutidas, são trabalhadas dentro dos Comitês de Bacia, ao qual esses mananciais pertencem ao território. Ali, então, através das Câmaras Técnicas, através das discussões em plenário, surge esse anteprojeto que segue, então, este encaminhamento. As APRMs, as Áreas de Proteção da Região dos Mananciais serão definidas e delimitadas mediante a proposta do Comitê de Bacia Hidrográfica e por deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. E aí vem o motivo que me traz aqui hoje, solicitar então a atenção deste conselho, que é exatamente, devem ser ouvidos o CONSEMA, o Conselho Estadual de Meio Ambiente, e ali a redação da lei, o Conselho de Desenvolvimento Regional, hoje, consubstanciado no Conselho de Desenvolvimento Regional da região metropolitana do estado de São Paulo, e criadas de acordo com o que estabelece o artigo 18. São duas APRMs. Anteriormente eu estive aqui defendendo e nós tivemos um longo processo de discussão que era a APRM do Jundiá, São Lourenço, lá na no Vale do Ribeira. Uma discussão muito intensa, passou através da Comissão de Políticas Públicas, alterações foram realizadas, e aí fomos impactados pela pandemia, isso trouxe

algumas dificuldades, o próprio Conselho de Desenvolvimento Regional, durante um período longo, não se reuniu, e com a sua recente reativação resolvemos, então, vamos ter três anteprojetos para serem encaminhados. O primeiro deles do Rio Jaguari, que abrange parte dos territórios do Arujá, Santa Isabel, Guarulhos, Igaratá, Jacareí, São José dos Campos e Monteiro Lobato. A Câmara Técnica realizou as discussões do Plano de Desenvolvimento e de Proteção Ambiental desta proposta de APRM, e através da deliberação 17 de 22, tanto o PDPA como essa minuta que foi encaminhada aos senhores, foi aprovada pelo Comitê de Bacia. Então agora, onde ela se encontra, esta área que será delimitada aguarda a manifestação do CONSEMA para, posteriormente, ouvirmos o Conselho de Desenvolvimento, deliberarmos no Conselho de Recursos Hídricos e encaminharmos à Alesp para, posteriormente, termos um decreto regulamentador. Segundo anteprojeto diz respeito à APRM do Rio Guaió e do Cabuçu Tanque Grande. Eu me fiz acompanhar hoje aqui dos técnicos da Fundação Agência de Bacia do Alto Tietê, responsáveis diretos, então, para uma discussão inicial e pelo apoio ao Comitê de Bacia para discussão inicial aqui, e já aproveitar e fazer um pedido, senhor presidente, senhor secretário, no sentido de que as discussões da Comissão Temática de Políticas Públicas sejam acompanhadas de representantes dos Comitês da base onde isso foi discutido. Acho que talvez com isso a gente consiga caminhar. Falava aqui com o conselheiro Rocco, rapidamente, antes de iniciarmos essa fala, a gente consiga caminhar para quando dá apreciação dessas manifestações do CONSEMA, a gente chegue então ao consenso. O Guaió, Tanque Grande, Cabuçu abrange parte dos territórios de Guarulhos. E o Guaió lá, Ferraz de Vasconcelos, Mauá, Poá, Ribeirão Pires e Suzano. Também, da mesma forma como o anterior, ele foi discutido no Comitê de Bacia e foi aprovado pela deliberação número 15220/22, que aprovou o seu Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental, e a minuta específica apresentada aos senhores. Então, da mesma forma, aguarda a análise, e é este o requerimento que tínhamos apresentado para os senhores hoje. Obrigado.

01:14:49 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, César Louvison, coordenador de recursos hídricos, também secretário executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nosso conselho irmão aqui. Considerando essa atribuição legal de oitiva pelo CONSEMA na definição das APRMs, e de modo geral, cabendo às comissões temáticas, a avaliação prévia de matérias a serem submetidas à apreciação do plenário do CONSEMA, e considerando que a CT de Políticas Públicas é a responsável, até tem como atribuições específicas avaliação e acompanhamento de normas de políticas relacionadas ao planejamento ambiental e territorial, a presidência propõe então, portanto, que seja atribuída à Comissão Temática essa tarefa, de discutir e propor recomendações à minuta. O CONSEMA não é deliberativo nesse aspecto, mas pode, nessa oitiva qualificada, fornecer subsídios para a continuidade do processo. Então, submetemos aqui essa proposta, os conselheiros que quiserem se manifestar neste momento, já temos dois inscritos aqui online, também temos aqui dois na sala, eu vou chamar primeiro, então, os que estão online, que é o conselheiro Rogério Menezes, da Anamma.

01:16:01 Rogério Menezes: Muito obrigado, Anselmo. Eu queria trazer alguns elementos. Primeiro manifestar a nossa preocupação com relação à alteração ocorrida na CPLA. Com a saída da Márcia Nascimento, para a CETESB, e a preocupação nossa é que fica alguma lacuna aí na gestão das APRMs, das Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais consolidadas, bem como no apoio da CPLA para a implementação das novas APRMs que estão em discussão, são outras quatro, se não

me engano. Também sobre a lei específica do manancial Jaguari, registrar a pedido dos municípios, que foram três anos de discussões na Câmara Técnica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, parabenizar as relatorias das prefeituras de Santa Isabel e São José dos Campos, que concluiu o processo, como culminou na aprovação pela plenária do Comitê de Bacia. Manifestar sobre a importância dessa aprovação para que possa ser implementada as 72 ações previstas de recuperação e conservação dos mananciais previstas no PDPA, e que também vão corrigir antigas distorções sobre o uso e ocupação do solo para aqueles quatro municípios que já eram APRMs, porém, na regra antiga da década de 80. Também deixar registrado em relação às pautas municipalistas, a manifestação sobre a reivindicação dos sete municípios da Bacia do Jaguari, quanto à ausência de licença de operação do reservatório da usina hidrelétrica de Jaguari. Também por último, mas não menos importante, a necessidade de tramitar no Conselho Estadual de Recursos Hídricos a questão do valor da água pago pela Sabesp na transposição, isso é um reajuste que aguarda desde 2007, já foi aprovado na plenária do CVHPS, e esse reajuste auxiliará em muitas ações de conservação na APRM Jaguari. Então, eram essas as nossas observações a pedido, e dizer que, nessa pauta, registrar aqui a atuação fundamental pelo município de São José dos Campos, meu colega Manara, à época secretário e relator da minuta de lei específica. Muito obrigado a todos pela atenção.

01:18:48 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Agora o conselheiro Andrés Vernet.

01:18:54 Andrés Vernet (Ecophalt): Bom dia. Bom dia a todos e a todas. Só queria fazer um registro de alguns questionamentos aqui. Não se discute a importância desse tema e dessa causa, mas nós já temos um assunto importantíssimo dentro da Comissão de Políticas Públicas, que é a logística reversa. Inclusive, o outro conselheiro colocou um assunto importantíssimo a ser discutido. Portanto, eu gostaria de saber, em que ordem isso vai entrar e que tempo isso vai levar para que a gente não prejudique o que já está na pauta lá, que é logística reversa, que estava há dois anos aguardando entrar em pauta isso. Ou seja, nós precisamos encerrar um assunto primeiro para depois iniciar outro. Apesar de sua importância, nós estamos há dois anos aguardando logística reversa, então nós precisamos começar e terminar, não simplesmente um meio do caminho aí, né? A palavra colocada lá na convocação que foi o encaminhamento, que foi a verificação, não é a palavra correta, a palavra correta, deveria ser implementação de melhorias, então é isso que a gente quer, isso que a gente fica preocupado aqui, em que ordem isso vai entrar, e o tempo que isso vai levar. Então, esse é um questionamento que a gente gostaria de colocar aqui primeiramente, obrigado.

01:20:24 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro. Vou aproveitar aqui já a oportunidade até para esclarecer, em razão da última reunião da Comissão Temática de Políticas Públicas, já iniciou a abordagem sobre a logística reversa, está já agendada a próxima reunião da CT de Políticas Públicas para o dia 11 de setembro. Nessa data, já foi acertado na última reunião que não vai ser pautado essas minutas da lei específica, podem ser pautados a partir do dia 25, que é a outra agenda da Comissão Temática de Políticas Públicas. Ficou também discutido na última reunião, de que essa pauta da APRM não iria interferir de qualquer forma no debate da pauta da logística reversa. Pelo contrário, ela vai entrar justamente, fique registrado aqui, o conselheiro Andrés, creio eu, que ele tenha feito essa inserção justamente para a gente esclarecer a todo o plenário, mas ela só vai ser pautada tão logo finalizado, ou pelo menos, já tiver um encaminhamento dos debates na Comissão Temática de

Políticas Públicas. Então só pra fazer esse registro e agradecendo até o Andrés pela oportunidade da gente difundir essa informação. Obrigado. Conselheira Samanta vai fazer os comentários.

01:21:57 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza (SEMIL/SRHS): Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês. Só para trazer uma resposta sobre a questão da Márcia, na CPLA, a substituição da atividade dela. Nós estamos, então conversando com o Anderson, nosso secretário executivo Jonatas e a Marina para fazer a transição dessas atividades para o CRHI, porém para que a gente finalize esse processo nós vamos ter que fazer uma contratação de um profissional especializado no tema, do qual a gente está fazendo a seleção e assim que concluído, então, a gente faz o repasse das atividades e assume a partir de então o assunto de monitoramento dos mananciais. Mas isso com muita parcimônia, com transição, a Márcia vai nos ajudar nesse sentido, com apoio do Jonatas e equipe, e a gente então, está em busca de um profissional com a capacitação necessária para que absorva essa atividade. Obrigada.

01:23:04 Anselmo Guimarães: Obrigado. Conselheiro Roberto Resende? Pela minha lista aqui temos Resende, Fernando Prioste e Paulo Nelson, é isso? E Jorge. Então, por favor, Roberto Resende.

01:23:17 Roberto Resende: Primeiro reforçar a preocupação do Andrés, porque eu acho que houve um represamento nas atividades da CTs, então, ter que lidar com a demanda de agenda para essas comissões tem prejuízo do que já está pautado, acho que é muito importante discutir aqui a minuta das APRMs, e minha observação vai nesse sentido, da gente integrar, que eu acho que é o trabalho aqui do conselho, por exemplo, com o próximo ponto de pauta, que é a questão da restauração. Eu li muito rápido as duas minutas, eu sei que são realidades diferentes, mas assim, a gente sente falta do tema restauração, tem resoluções, tem o Programa Refloresta, Programa Nascentes, a própria aplicação do PRA, então a conexão diz que talvez uma APRM lá seja mais urbana, mas a outra acho que aplica bastante esses termos, e acho que seria interessante aproveitar a Câmara Técnica justamente para discutir essa conexão entre os assuntos, porque a gente sentiu falta aqui, em geral, a lei de, a legislação de recursos hídricos não dialoga muito com a legislação florestal, então acho que sempre que a gente tiver essa oportunidade, é interessante. Então acho que é oportuno, que a agenda contemple os vários temas que estão na CTPP, mas eu queria chamar a atenção justamente para conexão no caso das duas APRMs, a pauta do PRA e a pauta da restauração, de como é que a gente conecta lá nesses dois territórios. Obrigado.

01:24:50 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro Fernando Prioste.

01:24:54 Fernando Prioste: Bom, novamente, bom dia a todos e todas. Agradecer ao César pela apresentação, e na linha um pouco do que o Roberto estava falando, das interrelações, eu dei uma olhada também nas propostas que vão ser discutidas lá na Comissão, e na Comissão Temática Normativa Processante, a gente está discutindo um tema que toca aqui, por exemplo, na do Rio Guaió, que diz respeito ao licenciamento ambiental e os municípios e as competências. A gente está fazendo um debate lá sobre essas ações que impactam, justamente nas áreas de mananciais, e a competência dos municípios relacionadas com a competência local nesse licenciamento. Então, uma questão que está em debate é: nesse não licenciamento ambiental municipal, o impacto tem que ser de âmbito

816 local. Como que as atividades que são potencialmente poluidoras, por exemplo, dos recursos hídricos,
817 de tudo que diz respeito aos mananciais, podem ou não ser caracterizadas como potencialmente
818 impactantes, apenas no âmbito local. Então, tanto se o Conselho Estadual de Recursos Hídricos puder
819 participar de uma reunião nossa, onde que a gente for debater isso, vai ser importante como
820 eventualmente, quando a gente tiver nesse debate, lá nas Comissões de Políticas Públicas também,
821 para que não saiam normas conflitantes, porque tem disposições normativas aqui, tem a competência
822 do CONSEMA para que a gente possa, principalmente nessa parte de licenciamento, ter uma
823 orientação que seja um início nesses dois instrumentos normativos.

824
825 **01:26:15 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Já quer comentar? Por favor.

826
827 **01:26:17 César Louvison:** Acho que é mais prático. Bom conselheiro, agradeço o convite e sempre
828 que for feito lá estaremos. A equipe se desdobra, faz das tripas coração para estar presente em todas
829 as reuniões às quais somos convidados ou convocados.

830
831 **01:26:36 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Jorge Rocco.

832
833 **01:26:36 Jorge Rocco (Fiesp):** Bem, bom dia a todos. Primeiramente, parabéns César e os Comitês
834 de Bacia por essas propostas. Eu, pessoalmente acompanhei as duas como representante nesses
835 Comitês de Bacia. E aí, até aproveitando essa deixa do Roberto e a do Fernando, é importante
836 secretário, que a gente possa caminhar a lei específica e a própria Ata que aprova essas leis nos
837 Comitês de Bacia para a comissão, juntamente com o PDPA, que aí é o caderno técnico que aborda
838 tanto a questão estabelecida pelo Roberto, quanto ao licenciamento ambiental, que também estarão
839 lá pertinente no PDPA. Então, para a gente poder ler essa minuta, é necessário estar com o caderno
840 técnico que foi a base e, se for necessário, e se tiver dentro do Comitê, é nota técnica que foi elaborada
841 em função de alguma alteração dos estudos do PDPA ou aprovação que tenha de instrução (01:27:43),
842 isso é fundamental também para a gente entender o conteúdo da minuta da lei. Obrigado.

843
844 **01:27:49 Anselmo Guimarães:** Obrigado. César?

845
846 **01:27:54 César Louvison:** Obrigado, Jorge, pelo carinho. Os documentos encaminhados, eles estão
847 seguindo o processo naturalmente, e todos eles estão contemplados lá dentro, tanto PDPA, como a
848 apreciação técnica e o anteprojeto. Então ele será convenientemente distribuído. Obrigado.

849
850 **01:28:15 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pelo esclarecimento. Conselheiro Paulo Nelson.

851
852 **01:28:17 Paulo Nelson:** Só para reforçar a posição aqui do Roberto e do Fernando, da importância
853 de que a gente tenha as normas se conversando, e que essas discussões se façam de forma sinérgica.
854 Então, acho que é muito importante, até sugiro, que seja feito um estudo para que apresente essas
855 sinergia das legislações, para que a gente possa fazer essa discussão com um pouco mais de
856 aprofundamento e com a certeza de que a gente vai poder dar um parecer favorável àquilo que é
857 essencial. Está bom?

01:28:53 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, conselheiro Paulo Nelson. Uma última manifestação agora.

01:28:58 Jorge Rocco: Esqueci só de reforçar a colocação do César sobre convidar os representantes dos Comitês de Bacia quando tiver a pauta na Comissão para que eles possam estar lá para esclarecimento e com isso, facilitar a dinâmica dos debates e aprovação.

01:29:21 Anselmo Guimarães: Obrigado, senhores. Cristina Murgel, então.

01:29:23 Cristina Murgel: Então, eu queria só entender, eu acho que é um assunto que tem uma certa urgência, e em outras pautas a gente optou por criar um grupo específico para discutir. Só uma sugestão em relação a essa preocupação do conselheiro Andrés de você interromper uma pauta na comissão, e realmente é complicado. Os dois assuntos são importantes, em outros assuntos eu lembro que a opção do plenário foi essa, criou uma comissão hadoque com um objetivo e eu reforço aqui a questão colocada aqui pelo Roberto Resende, dessa sinergia, e da gente ter esse olhar com essas políticas que que interferem nesse território, e a complexidade da gente ver isso, então é uma sugestão apenas.

01:30:24 Anselmo Guimarães: Obrigado pela sugestão. A gente encaminha até para a Comissão Temática. Na última reunião me parece que não ficou, não foi um ponto que restou, assim, uma necessidade de esclarecimento melhor. Ficou definido que ia buscar encerrar essa tarefa da logística reversa e começar na sequência esse assunto da APRM, e até mesmo fazer reuniões, caso seja necessário, reuniões específicas para cada ponto. Não misturar os dois assuntos, inclusive uma sugestão do Jorge Rocco da Comissão. Então, gostaria agora, nesse momento, já aproveitar e submeter ao plenário então essa proposta. Peço então aqueles que se manifestarem contrários ao encaminhamento das tarefas que, por favor, se manifestem neste momento. Então, com relação à minuta da APRM Rio Guaió e Cabucu Tanque Grande, nenhuma manifestação contrária, muito obrigado. E também com relação à APRM do Rio Jaguari, por favor, se manifestem os contrários. Tem uma mão levantada aqui do Rogério. Alguma manifestação contrária, Rogério? Rogério Menezes. Bom, a Verônica está aqui com a gente. Não? Perfeito, fica registrado. Então aprovado por unanimidade o encaminhamento à Comissão Temática de Políticas Públicas. Agora, dando sequência à nossa pauta. Nós tínhamos aqui o assunto sobre o avanço dos projetos de restauração florestal, aproveitando aqui já duas oportunidades, uma que ainda está cedo e segundo que a subsecretária Samanta vai precisar se ausentar, gostaríamos aqui de propor ao plenário a inversão dessa pauta, até para a gente poder discutir com mais tranquilidade após o item do Universaliza, a gente discute a restauração. Se não houver, hoje, vai dar tempo, ainda está cedo, esperamos que sim, né? Ainda temos tempo hábil. Então o plenário não se opõe, está aqui conosco a subsecretária Samanta, vai fazer para nós a exposição do nosso próximo ponto de pauta, que é a apresentação do Programa Universaliza SP, que foi instituído pelo Decreto 67.814, de julho de 2023. Ela está aqui conosco, vai fazer a exposição seguida dos debates. Obrigado conselheiros.

01:33:01 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Bom, obrigado, Anselmo. Obrigada, Jonatas, pela inversão de pauta, todos os conselheiros que aprovaram. Prometo ser bastante breve

para que vocês tenham a oportunidade de explorar bastante a pauta seguinte. Tô aqui à disposição também para tirar dúvidas de vocês. Bom, o programa Universaliza São Paulo ele vem ao encontro da política pública que foi definida pelo governador Tarcísio de Freitas para a pauta de saneamento como um todo no estado de São Paulo. Então, as premissas da política de saneamento em São Paulo hoje é de antecipação da universalização do saneamento para o ano de 2029. Como todos sabem, o novo marco legal do saneamento traz como meta a universalização até 2033 e, portanto, o desafio colocado pelo nosso governador é de antecipação para 2029. A questão da modicidade tarifária, então universalização, com uma tarifa justa e módica para a população, de forma que todos tenham acesso. E o terceiro ponto é a questão da alavancagem de investimentos dentro desse setor que é tão carente. Bom, um panorama do saneamento, inclusão de áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas também estão nessa pauta. Os indicadores de saneamento no que diz respeito à água no estado de São Paulo, eles são bastante relevantes em vista do que é praticado no Brasil, o de coleta e tratamento de esgoto também, mas não nos faltam desafios ainda sobre esse tema, principalmente no que diz respeito a coleta e tratamento de esgoto. Lembrando que o novo marco legal, ele traz como premissa de atendimento de água e de esgoto a população atendida, é vinculado ao percentual de população e não mais a domicílio como antigamente a gente fazia o acompanhamento. Bom, o estado está dividido em 4 URAES: a URAE Sudeste é a URAE da Sabesp, onde está sendo estudado o plano de desestatização também baseado nessas premissas já aqui colocadas, e nós tínhamos então o desafio da URAE 2, 3 e 4, que apesar da publicação da lei estadual feita em 2021, até o dado momento, a gente tinha pouquíssima adesão devido a inúmeros desafios que não haviam sido observados de forma contundente no período anterior, e que nós, agora, fizemos algumas adequações inclusive no decreto de governança das URAES, para que efetivamente nós alavancuemos a questão das URAES e pratiquemos a regionalização também é desafio proposto no novo marco legal. Bom, aqui a gente tem algumas questões, a considerar a média de investimentos realizados no setor de saneamento básico nos últimos cinco anos, a gente pegou as URAES 2, 3 e 4, pegou retroativamente os últimos cinco anos o volume de investimentos realizados no estado de São Paulo para esses municípios, que são 275, e projetou esse volume de investimentos para o alcance das metas da universalização. Então, se nós continuarmos com a mesma volumetria de investimentos no setor, nós conseguiríamos alcançar a meta de universalização acima de 30 anos, com o volume de investimentos sendo feitos, esses valores eles estão a valor presente e trazem aí uma média de 700 milhões de investimento/ano. Desses 275 municípios, apenas 90 já têm a meta de universalização atendida, quando fala de 99 de atendimento de água em 90% de atendimento total de esgoto, portanto, 185 municípios ainda não atendem os índices de universalização, e 78% deles possuem menos de 50 mil habitantes, o que dificulta ainda mais a questão da viabilidade econômico-financeira de atendimento aos investimentos desses municípios. E, por fim, em 51% e 72% desses municípios, a tarifa de água e esgoto são insuficientes para cobrir essa despesa. Então a gente tem municípios pequenos, taxas, tarifas de esgoto insuficientes e um potencial de universalização muito grande, o que acontece, o que leva esses 30 anos de diagnóstico. E isso traz consequências que aqui eu tenho certeza que todos tenha a consciência disso. Primeiro impacto na saúde pública, para cada 1 real investido, a gente economiza 4 em saúde pública. Degradação do meio ambiente, contaminação de água do solo e etc. Queda na produtividade devido ao afastamento dos trabalhadores que não possuem saneamento. Desigualdade social, porque interfere inclusive no ingresso de jovens no mercado de salário e a desvalorização turística. Eu estou vendo que o senhores estão fotografando, essa apresentação está disponível no site

da SEMIL, no Universaliza. Chama Universaliza SP, só baixar. Ela está lá já disponível para vocês, está bom? Para facilitar, mas se quiserem fotografar também fica à vontade. Só a título de informação. Bom, Universaliza São Paulo, então, é um programa instituído agora em julho pelo governo do estado de São Paulo, com o objetivo de antecipar as metas por meio de apoio técnico aos municípios não operados pela Sabesp. As premissas observadas para a construção do projeto, como eu já falei: preservação do meio ambiente e segurança hídrica; modicidade tarifária; estabelecimento de parcerias público-privadas para a viabilização do investimento; diminuição das perdas de água em redes existentes; intensificação do uso de tecnologia e antecipação da meta de 2033. Os objetivos: viabilizar a universalização; promover a regionalização principalmente nessas áreas onde os municípios são pequenos, a regionalização se faz muito importante para que dê sustentabilidade dos serviços e incentivar as soluções sustentáveis sobre a perspectiva ambiental, social e econômica, trazendo uma governança mais parruda para o saneamento. Os caminhos que a gente entende serem importantes: reduzir o custo e o tempo para antecipação das metas; geração do ganho de escala, otimização de recursos através de modelagem que primem pela performance, a remuneração com base na performance do serviço entregue; e implementação de uma estrutura no âmbito das URAES respeitando a proporcionalidade dos entes federados. E aí, com essa com a alavancagem do projeto, a gente entende que vai ter uma redução de custos com a saúde, que vai trazer uma economia para o estado em torno de 2,2 bilhões com a saúde, um aumento de produtividade, injetando 8,2 bilhões no mercado de trabalho, uma melhoria na escolaridade, reduzindo o atraso escolar em torno de 6,2%, uma valorização imobiliária, com ganhos no setor em torno de 42,1 bilhão, expansão do turismo com receitas de 200 milhões/ano, renda nas operações com geração de emprego, para cada um bilhão de reais investido em saneamento a gente tem em torno de de geração de 40 mil empregos, então isso traria bastante geração de emprego dentro do estado de São Paulo, e um retorno de 2,46 reais para a sociedade a cada real investido em infraestrutura. Como funciona o programa? Ele vai proporcionar, então, como eu já disse, o suporte aos municípios. Ele tem, como meta, atrair investimento privado para a expansão de infraestrutura com um modelo que priorize eficiência e preços acessíveis. As etapas que a gente vai oferecer, então, a modelo é a construção de modelos de contratação de concessões ou parcerias público privadas, com a elaboração de matriz de risco na prestação de serviço, avaliação do arcabouço jurídico vigente para a estruturação, montagem da estrutura de governança em gestão, mapeamento de receitas acessórias, identificação do modelo regulatório mais adequado aos modelos pré-estabelecidos. Os próximos passos, então, a gente está hoje no prazo de adesão ao programa. Nós já temos 65 municípios aderidos até anteontem. Hoje eu ainda não vi a adesão. Alinhamento e definição das premissas em conjunto com as prefeituras municipais. Nada será definido unilateralmente, todos os projetos e modelagens serão oferecidos de acordo com as necessidades e, principalmente, com as peculiaridades de cada região. A partir daí, então, a gente parte para o estudo de viabilidade, montagem das soluções, apresenta e valida as propostas aos grupos de municípios que se elegeram ao programa, faz as consultas e apresentação a sociedade civil para as contribuições necessárias e eventuais ajustes e, a partir da validação, então, a gente leva para o apoio aos municípios nos processos de contratação e implementação do modelo dentro do estado de São Paulo. Bom, esse é o Universaliza São Paulo. Fico aqui à disposição se tenham alguma dúvida e muito obrigada pelo espaço de apresentação.

01:44:40 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, subsecretária Samanta, conselheira tentando aqui a

Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico. Só esclarecer que todas as exposições, assim que acabar as reuniões do plenário do CONSEMA, já estão em vídeo, no *YouTube*, e a gente já disponibiliza na internet, no mesmo dia, já na página do CONSEMA, só para esclarecer sempre, né? Eu acho que é importante. Então, abro a palavra aqui aos conselheiros então já para se manifestar, deixa eu começar a notar aqui, por favor. Nós temos o conselheiro Gilmar, nós temos o conselheiro que está ali traz, Eduardo Leduc aqui conosco, conselheiro Fernando Prioste, conselheiro Paulo Nelson e o conselheiro Crepaldi. Inicialmente, o conselho Gilmar Ogawa, representante da Faesp.

01:41:41 Gilmar Ogawa: Eu não tenho muito firme o entendimento que você tinha falado que se usa o critério da densidade, né? E nós temos citado o número, acho que foi em 74% dos municípios, não é? Então, na faixa dos 50 mil habitantes. Então, são municípios que têm baixa densidade populacional. Nessa questão, esses municípios tendem a ser, pelo que eu estou vendo, de uma certa forma prejudicados. A gente vê, por exemplo, nas áreas rurais que são de baixa densidade, eu queria saber como é que fica essa priorização, por exemplo, desse público que estão nessas áreas aí, já que apareceu que o foco em cima de áreas urbanas com alta densidade.

01:46:44 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Não, é o inverso. Anteriormente, quando era feito os contratos de programa, por exemplo, ou até de concessão, geralmente se levava em consideração apenas a área urbana, que era considerada como área atendível. Hoje, o marco legal preconiza a população e, portanto, é qualquer pessoa. Ninguém pode ficar para trás. Portanto, tem que ter o atendimento nas áreas rurais. Tem que ter o atendimento nas comunidades tradicionais e para os povos indígenas. Tanto que a gente vai ter um aumento no atendimento, principalmente porque tem que atender essas áreas, podem ser com soluções de redes públicas ou soluções ou isoladas, mas precisa estar incluso e ter o atendimento. É o inverso do entendimento do senhor. É justamente entrar nessas áreas.

01:47:43 Gilmar Ogawa (Faesp): Como esses municípios menores serão contemplados com recurso?

01:47:51 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Eles vão ser contemplados com o modelo de regionalização. O governo do estado vai colocar, vai investir dinheiro em modelar soluções para parcerias de concessões e público-privadas, para que através da parceria com o privado a gente capture mais investimentos para essas regiões. Por isso a importância da regionalização, para os municípios se aglutinarem em conjunto, viabilizarem as soluções de saneamento, não serão isolados, serão em grupos. Isso o marco legal já traz como premissa para que a gente alavanque os investimentos e justamente viabilize essas áreas que têm uma menor densidade demográfica.

01:48:40 Gilmar Ogawa: Tá bom, obrigado.

01:48:42 Anselmo Guimarães: Por favor, agora o conselheiro Eduardo Leduc.

01:48:46 Eduardo Leduc: Olá. Muito obrigado e parabéns pela apresentação. É um fato fundamental para a saúde e também ao meio ambiente, mas principalmente à saúde aqui. Nós temos

enfrentado alguns problemas em projetos de despoluição de rios, onde a gente avança com a Sabesp, consegue resolver bastante coisa, porém, chega nas pessoas que não tem o documento de propriedade, o registro, a escritura, pessoas que estão em processos de inventário ou são moradores da região, principalmente próximos a rios, que não conseguem um espelho da prefeitura para poder fazer a conexão. Então às vezes a conexão está passando na frente da casa, mas ele continua jogando esgoto no rio porque ele não consegue a conexão. Discutimos com a Sabesp, que na verdade, o fato de dar água ou recolher o esgoto não significaria você estar dando um atestado de propriedade ou escritura. Essa pessoa já paga a conta de luz, internet, ela já tem endereço, tem CEP, tem tudo isso, porém, nós temos ali vários casos, e é por isso que não solucionamos o problema que não avança, porque essa pessoa não consegue conectar. O que vocês estão prevendo fazer para solucionar esse problema?

01:50:11 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: O próprio marco legal já prevê isso e vai um pouco ao encontro da pergunta anterior, as áreas irregulares já consolidadas, elas precisarão ser atendidas, então elas já fazem parte desse trabalho. No projeto de desestatização da Sabesp, isso também está sendo considerado.

01:50:33 Eduardo Leduc: Ou seja, a prefeitura vai ter que dar o espelho para que essa pessoa possa conectar. A partir de quando?

01:50:37 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: A partir da revisão, no caso da Sabesp, da revisão dos contratos, porque os contratos ainda, as contratualizações ainda não permitem isso, então precisa ser feita a revisão dos contratos e nós estamos nessa fase conversando com os prefeitos justamente para apresentar o projeto de desestatização e validar essas áreas que hoje são consideradas não atendíveis no próximo contrato, isso dá em torno, olhando na área de atendimento da Sabesp, dos 375 municípios, dá em torno de 1 milhão, 1 milhão e pouco de pessoas que serão atendidas nessa situação, e no caso dos municípios do Universaliza, que não são os operados pela Sabesp, sim os outros 275 que estão fora, os 270 que estão fora da Sabesp, esses serão através dos contratos de PPPs e concessões.

01:51:38 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro Fernando Prioste, por favor.

01:51:45 Fernando Prioste: Bom dia, Samanta. Obrigado pela apresentação. A minha questão vai muito relacionada às áreas rurais, povos e comunidades tradicionais, em dois aspectos: um deles principalmente relacionada à viabilidade econômica financeira, que tipo de arranjo vocês estão pensando? Pensando hoje, mas também no longo prazo. Da instalação, operação e manutenção, principalmente dessas unidades sanitárias individuais, que, acredito eu, talvez seja a melhor saída nessas comunidades tradicionais, indígenas, tem um certo isolamento, né? Porque o que a gente vê hoje no Vale do Ribeira é realmente uma situação absolutamente precária com isso, e lendo o decreto, a sua apresentação, para mim ainda não ficou nítido como é que vocês estão pensando essa estrutura. E a segunda questão nessa linha, como é que vocês pensam o diálogo com povos e comunidades tradicionais para institucionalização desse arranjo, partindo de duas premissas, de que a participação desses sujeitos é importante e que a convenção 69 da OIT também determina que toda alteração

administrativa, seja do ponto de vista da regulação, da operação, deve passar por consulta, vocês estão dialogando com esse segmento da população para tratar sobre isso.

01:52:50 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Bom, são dois pontos, a questão do atendimento num novo marco legal, isso já vem explícito. O atendimento a essas regiões só serão considerados como atendido efetivamente quando a operadora, além da implantação, fizer a operação e manutenção. Então haverá um serviço de operação e manutenção para esse tipo de solução de saneamento em áreas rurais, em comunidades isoladas, vamos dizer assim, então isso já está previsto, não no decreto, mas sim na lei, a lei já preconiza e vai ter que ser colocada em prática até para que a gente considere que é uma população efetivamente atendida, não é só implantação, operação e manutenção também, então isso está previsto na lei do marco legal, e a questão da consulta às populações, a sociedade civil, nesse caso específico, o próprio decreto que saiu agora no final do mês, ele já inclui, dentro do conselho das URAES representantes de comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades rurais que farão parte do conselho de gestão das URAES, dos conselhos deliberativos e todas as decisões que forem tomadas, elas serão remetidas a esse comitê que terá, onde a comunidade também terá acento e participaram dessa decisão, inclusive, a gente já está fazendo esse trabalho em parceria com o Rodrigo da Fundação Florestal para a gente mobilizar e levar essa informação até essas comunidades, até para mobilizá-lo e trazê-los para dentro da discussão.

01:54:38 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro.

01:54:45 Fernando Prioste: Seguindo nesse diálogo, entendo que tem essa previsão da legislação específica do atendimento, isso é excelente. A questão é mais do ponto de vista da operação, de como vocês estão pensando isso, tanto na modelagem econômico-financeira, como no rol das prioridades, porque, enfim, geralmente as empresas vão atrás primeiro daquilo que vai lhe satisfazer melhor do ponto de vista econômico-financeiro, né? Então como é a modelagem disso? Tem uma análise de prioridade, como é que vocês pensam justamente essas áreas que são mais difíceis, tem maior custo. Como que isso seria internalizado na proposta efetiva?

01:55:17 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Isso faz parte da modelagem e estará dentro do prazo de atendimento até 2029. Então, através da modelagem que foi feita, e aí não está só a comunidade rural e sim toda a região que será atendida daquela municipalidade, vai ser feita uma priorização de atendimento. Hoje a grande maioria das demandas de implantação estão em regiões como essas, e até 2029 a gente vai ter que completar, vai ter que alcançar diluído dentro desse espaço de tempo onde será feita a contratualização, que deve ser em meados de 2024, segundo semestre de 2024, até 2029, toda essa população identificada deve ser atendida com a infraestrutura de comunidades isoladas até, só para não ficar colocando todas aí, tá bom?

01:56:14 Anselmo Guimarães: Obrigado. Conselheiro Paulo Nelson.

01:56:16 Paulo Nelson: Bom dia, secretária. Muito obrigado pela apresentação. Eu acho que o tema é extremamente relevante e a gente traz aqui um tema que nos é muito caro. Eu fiquei contente até

com a doutora Rosa na OAB, ela abriu um grupo de estudos específico para estudar saneamento e debater a lei. Mas eu tenho algumas questões que me incomodam um pouco, que eu gostaria que, se a senhora pudesse, me esclarecer. A primeira questão é a divisão das URAES. A gente vê que, pelo mapa apresentado, elas estão muito mais em função do que a Sabesp opera e não pensam naquilo que para mim é essencial quando você pensa em regionalização, porque quando pensamos em regionalização nós temos que pensar quais são as Ugrhis que estão vinculadas àqueles municípios e, portanto, são os mananciais que vão fornecer água para aqueles municípios regionalizados e as estações de tratamento que serão utilizadas para que seja feito justamente tratamento de esgoto. A gente está num processo de privatização do sistema de saneamento, e a gente sentiu uma preocupação muito grande de que existem, às vezes, estações de tratamento que operam subdimensionadas, porque tem alguns municípios que não estão vinculados à Sabesp, e essas estações são da Sabesp. E assim, quando a gente vê um programa de universalização, a gente precisa começar a integrar tudo isso, porque tem que criar um marco regulatório para que possa, cada município, utilizar daqueles serviços que já estão lá. Uma outra questão que me é muito cara também é a questão da operação. Eu sinto que no litoral norte, por exemplo, a gente vê muitos lugares em que existe coleta, mas não existe tratamento. E coleta não é tratamento, não é? Eu acho que isso precisa deixar bem diferenciado essas questões, e as estações que são trabalhadas sob o ponto de vista, é às vezes, muito jogamos dejetos quando as estações de rebombeamento em plena praia. Então, muitas vezes temos questões de bandeira vermelha em praias em razão de mau operação da Sabesp. Então acho que essa é uma questão que gostaria também de saber como é que isso está sendo tratado dentro desse universo de regulamentação, porque a gente precisa, como sociedade civil, saber como operacionalizar e como cobrar o poder público das efetividades. Obrigado.

01:59:16 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Vamos lá. Obrigada pela pergunta. A questão da Sabesp, sobre a operação no litoral norte, a estratégia é exatamente a mesma do Universaliza São Paulo. Então nós vamos também trabalhar com a meta de 2029. Esse projeto já está sendo apresentado para os prefeitos. Semana que vem, se eu não me engano, a gente tem litoral norte, mas independente do trabalho do projeto de desestatização da Sabesp, estas obras de melhoria do tratamento de esgoto no litoral norte, elas já estavam previstas no plano atual da Sabesp, tem previsão de início em toda a região litorânea norte agora no ano de 2024, para execução durante 2024 e meados de 2025. Então isso está encaminhado. Em relação à regionalização, o senhor tem toda razão. A gente precisa realmente validar ou revalidar a estrutura de URAES na 2, na 3, na 4 e através das adesões do Universaliza, dos municípios que aderirem, nós vamos rever a regionalização, se necessário, de forma a trazer uma lógica mais adequada na prestação de serviço. Isso não está descartado, depende das adesões para que a gente forme os blocos e reveja essa regionalização se for necessário, tá bom?

02:01:00 Paulo Nelson: Só uma questãozinha, quer dizer, nessa questão, porque nós estamos, assim, num processo que, independente do Universaliza, nós temos uma realidade que é a realidade que hoje de operação, e assim, como é que o governo do estado está tratando essas questões das privatizações, e até porque a Sabesp, pelo que tudo indica, está em vias de, então, como é que isso já está sendo tratado sob o ponto de vista de conexão dos diversos serviços, ainda que não sejam da mesma operadora. Porque eu acho que isso é uma questão que hoje já é premente, independente da implantação do Universaliza.

1159
1160 **02:01:40 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Bom, da Sabesp está sendo encaminhado,
1161 como o senhor bem disse, está bem adiantado o processo, e no caso de eventuais compartilhamentos
1162 de infraestrutura, isso pode ser avaliado de acordo com os próximos operadores ou com os operadores
1163 atuais, ou os próximos que virão para os municípios não operados de eventualmente fazer um contrato
1164 de interdependência com a Sabesp e utilizar as instalações da Sabesp como o próprio município de
1165 São Caetano já faz aqui em São Paulo, ele opera, mas quem produz a água é a Sabesp, quem trata o
1166 esgoto também é a Sabesp, e ele faz a distribuição. Isso também é possível, tá? Tudo depende da
1167 viabilidade econômico-financeira do projeto, que vai ser instalado na regionalização. Uma coisa não
1168 inviabiliza a outra, tá bom?
1169
1170 **02:02:31 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Nós temos ainda inscrito o conselheiro Ricardo
1171 Crepaldi e o conselheiro Henrique Kefalás. Por favor?
1172
1173 **02:02:40 Ricardo Crepaldi:** Samanta, obrigado pela apresentação. Eu tenho dois pontos que acho
1174 que é importante os demais conselheiros entenderem, a gente colocar. Uma coisa é a gente fazer uma
1175 modelagem, outra coisa é passar essa modelagem nas Câmaras Municipais. Então, uma primeira
1176 pergunta sobre isso: se dentro desse processo de ajuda aos municípios, se tem essa ajuda porque não
1177 tem pessoal técnico na maioria dos municípios para explicar as modelagens e tentar convencer que a
1178 Câmara aprove isso daí, né? Isso é um ponto. Outro ponto é sobre, claro, comunidades isoladas, a
1179 gente até teve um evento na ABES e foi colocado isso, e você estava lá, mas tem um ponto das
1180 comunidades isoladas que é muito importante, principalmente para tratamento de esgoto, a PL 2050,
1181 ela que, na regulamentação para o metano, ela coloca itens para obrigar a cogeração de energia a
1182 partir do metano, porém, nas comunidades isoladas isso é muito pequena geração, isso inviabiliza os
1183 sistemas anaeróbicos, que são os mais rentáveis, são mais possíveis para fazer nessas pequenas
1184 comunidades isoladas. Se isso já está sendo contemplado já como uma premissa e discussão dentro
1185 quando se vai fazer uma modelagem neste programa Universaliza São Paulo?
1186
1187 **02:04:04 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza:** Bom, primeiro ponto, sim, essa parte de
1188 assistência técnica inclui também a exposição nas Câmaras Municipais para ajudar os prefeitos a
1189 fazerem esse convencimento, essa explicação do melhor modelo, e a questão da utilização da
1190 tecnologia mais adequada nas comunidades rurais, a gente vai fazer um *book*, a ideia é comunidades
1191 rurais ou isoladas, a gente vai construir em parceria com o pessoal do meio ambiente, principalmente
1192 com a Cetesb, as possibilidades e as melhores tecnologias a serem implementadas nessas regiões.
1193 Então, o concessionário ou parceiro público privado ele vai ter uma prateleira de tecnologias
1194 aprovadas ambientalmente para que possam ser implementadas nessas regiões com menor custo
1195 possível. Ok?
1196
1197 **02:05:04 Anselmo Guimarães:** Obrigado. E por último, o conselheiro Henrique Kefalás. Seja bem-
1198 vindo, a palavra é sua.
1199
1200 **02:05:14 Henrique Kefalás (Linha D'Água):** Bom dia a todos e todas, Samanta, obrigado pela
1201 apresentação. Eu queria voltar no ponto que o conselheiro Fernando Prioste estava destacando, acerca

da possibilidade ou de que forma vocês veem nessa construção da modelagem para essas parcerias público comunitárias a consideração de estratégias já localmente adotadas. E aí, conciliando isso, tanto da própria estrutura, as capacidades que as comunidades locais têm de já trabalharem alternativas e formas de tratamento do esgoto, mas também dos resíduos sólidos nessas comunidades um pouco mais isolados, digamos assim, e agora você mencionou esse rol de alternativas técnicas que estariam disponíveis, né? Então, em que medida essas iniciativas disponibilizadas vão estar já partindo de iniciativas já adotadas nas comunidades e que já tenham, inclusive, o reconhecimento ou a superação de gargalos, muitas vezes impostos colocados pela própria Cetesb para adoção dessas estratégias?

02:06:17 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: As que já estão com a infraestrutura colocada, elas serão mantidas se estiverem adequadas, as premissas estipuladas por nós e licenciadas, como você já trouxe aqui são, se estão, não tem problema, continua. O que a concessionária vai ter a possibilidade de fazer é disponibilizar um serviço de manutenção e operação para essas que já estão implantadas. Tá? Mas serão consideradas, não terão custo, é óbvio.

02:06:57 Henrique Kefalás: Só complementando essa sugestão, esse pedido para que seja considerado nessas modelagens não apenas grandes empresas e conglomerados que possam atender serviços, mas que arranjo locais que possam aproveitar as capacidades localmente desenvolvidas já para poder serem eles também esses parceiros da Sabesp na execução desse serviço.

02:07:20 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Que a gente não está falando de Sabesp aqui, tá?

02:07:22 Henrique Kefalás: Sim, eu digo, na execução de outras...

02:07:26 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Perfeito, mas tá entendido, são os municípios, a gente está falando de municípios não operados pela Sabesp, que ele perguntou se o saneamento está, são os não operados.

02:07:37 Beloyanis Monteiro (SOS Mata Atlântica): Com essa questão da privatização, na sua fala, eu fiquei... Obrigado.

02:07:45 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, subsecretária Samanta, foi uma honra tê-la conosco, é uma das potencialidades da gente estar nesse sistema integrado, que participa do conselho, a gente pode ter essa multiplicidade de vieses, de discussões e riquezas. Muito obrigado pela participação.

02:08:03 Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza: Eu que agradeço a consideração de todos. A gente vai considerar que os pontos que foram tratados, eu vou continuar na reunião até meio-dia e aí a meio-dia vocês vão ver eu saindo, mas é porque eu tenho uma reunião agora meio-dia e meia, tá ok? Muito obrigada, uma boa tarde, bom dia para todos.

1244
1245 **02:08:21 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Então convida a todos e a todas para o próximo
1246 item da pauta, tinha sido objeto de adiamento da última plenária, justamente no intuito de que pudesse
1247 ser melhor explorado e debatido, que é a apresentação e discussão sobre os avanços, estruturação dos
1248 projetos de restauração florestal no âmbito do estado de São Paulo. Subsecretário do meio ambiente
1249 e conselheiro Jonatas Trindade já está se posicionando para fazer a exposição. Convidamos também
1250 a nossa ex-conselheira, na verdade, sempre conselheira Helena Carrascosa também para participar,
1251 ela vai se posicionar lá junto com o subsecretário Jonatas.

1252
1253 **02:09:01 Jonatas Trindade:** Então vamos lá, pessoal. Vou tentar contextualizar um pouquinho do
1254 trabalho que está sendo desenvolvido e a importância da participação de vocês nesse processo como
1255 um todo. Nós temos o compromisso público de restaurar até 2026, de 37,5 mil hectares no estado de
1256 São Paulo. Entrou no nosso plano estadual, foi incluído na proposta do PPA, e esse trabalho tem sido
1257 feito de uma forma muito positiva internamente, pelas equipes técnicas, com envolvimento de outros
1258 atores, como a própria FIA-USP, que tem colaborado nesse processo de organização das estratégias,
1259 que a gente entende como factíveis para trazer a escala que a gente espera nessa questão da
1260 restauração. Nós queremos, temos o objetivo de estabelecer uma economia da restauração florestal
1261 no estado de São Paulo. Nós temos um desafio grande de restauração para os próximos anos que foi
1262 estabelecido na gestão anterior, dentro do Plano de Ação Climática, como uma estratégia de
1263 mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Eu entendo que a restauração florestal é
1264 primordial para esse processo, dentro do que se espera do ponto de vista técnico, e chegando à São
1265 Paulo eu fiquei muito bem surpreendido com o trabalho que já vinha sendo desenvolvido, e esse
1266 trabalho foi trabalhado considerando as premissas e as bases que já vinham sendo trabalhadas. Nós
1267 trouxemos o indicativo da necessidade de trazer escala a esses projetos, essa tem sido a tônica desde
1268 o início, quando eu cheguei. É importante ter restauração mas ter restauração com escala para que a
1269 gente pense nessa economia florestal, não só do ponto de vista de ganhos ambientais, mas de ter um
1270 mercado que possa produzir madeira no estado de São Paulo, madeira nativa para diminuir a pressão
1271 do desmatamento ilegal, por exemplo, na Amazônia, e a gente sabe que o estado de São Paulo é um
1272 grande mercado consumidor de madeira da região amazônica, então nada melhor do que pensar e
1273 estruturar o mercado que traga esse benefício esperado com a floresta em pé e, logicamente, tentando
1274 desenvolver um modelo econômico que se sustente. Então, nessa sistemática, pegamos, trabalhamos
1275 dentro da estratégia do programa Refloresta São Paulo, lembrando que tenha o Conexão Mata
1276 Atlântica, e já funciona, funciona muito bem. O Projeto Nascentes, com objetivo, com um olhar muito
1277 da formação de corredores ecológicos, mas aqueles corredores que façam sentido para a fauna e flora,
1278 pensando em fluxo gênico, pensando em realmente ter algo que beneficie também a questão dos
1279 mananciais. E aí, com olhar também no âmbito do licenciamento ambiental, em especial na
1280 concretização dos termos de compromisso ambiental. Dentro dessa estratégia, e olhando o que já vem
1281 sendo desenvolvido, nós temos dentro do estado de São Paulo, ao longo do tempo, as áreas em
1282 restauração que foram cadastradas no sistema, no SARE (Sistema de Apoio à Restauração
1283 Ecológica), e que é importante a gente fortalecer esse instrumento de apoio ao acompanhamento da
1284 restauração no estado. Até 2022 foram desenvolvidos 29 mil hectares, desde que o sistema foi
1285 implantado em 2016 com esse histórico que a gente consegue observar. E aí, com um olhar mais para
1286 bioma, a importância que tem a Mata Atlântica aqui no estado nessa questão da restauração, mas o

que eu venho insistindo muito também na conversa que a gente vem fazendo, é ter um olhar especial para o Cerrado, nós vamos ter que ter algumas estratégias em especial para o Cerrado, ver como é que a gente amplia, amplifica esse processo de restauração nesses biomas. E aí, trazendo uma perspectiva do cadastro, do que tem no SARE em relação à questão de restauração, foi desenvolvido essa tabela em que vocês podem olhar que as restaurações, elas tem alguns focos específicos e aqui destacando, a bacia do Turvo Grande, o Pontal do Paranapanema, o médio Paranapanema como áreas que tem um destaque em relação a esse processo de restauração. E aí, dentro dessa estratégia também, buscar amplificar outras áreas que tenham a necessidade de trabalhar na restauração, como por exemplo, na bacia do Tietê. A gente tem que ter esse olhar também para o Tietê, nós estamos fazendo parte desse fórum de trabalho junto do Integra Tietê, e tem essa importância de olhar para as bacias, não só para as bacias, mas para os grandes e pequenos maciços florestais nessa estratégia de restauração. E aí, acho que tem alguns pontos que trazem e também direcionar essa baliza, a importância do Ministério Público, por exemplo, nos acordos que foram realizados e que estão registrados no SARE de projetos de restauração que estão em execução. Então, o Ministério Público pode, esperamos que seja um grande parceiro nesse processo, as próprias exigências de licenciamento ambiental e de reparação de danos, tanto realizado pela Cetesb e na questão das conversão de multas, que tem um trabalho forte da Polícia Militar Ambiental aqui no estado, e dos acordos e decisões judiciais. Então ter esse espectro como um orientador também faz com que as estratégias tenham esse olhar direcionado para essa pegada que a gente quer da restauração. E aí um destaque em relação à questão de projeto voluntário, que é algo que a gente tem discutido e procurado parcerias para poder fomentar esses projetos voluntários. Nós estamos numa expectativa ou numa perspectiva da discussão da questão do mercado de carbono, que eu acho que vai também trazer um arranjo importante, está em discussão lá no Congresso Nacional, então a gente vem acompanhando essa pauta e fazendo algumas discussões internas com o objetivo de buscar nessa estratégia essa questão de projetos voluntários. E aí, como um exemplo, a AstraZeneca, e já foi falado isso aqui em reuniões anteriores, firmou uma parceria com o IPÊ, com o objetivo também de fazer esse processo de restauração no Pontal, num projeto ambicioso de 6 mil hectares. A gente tem procurado outras parcerias, nós temos um trabalho junto com a AstraZeneca de acompanhar esse processo de restauração lá na no Pontal, e querendo que outras empresas ou outros atores possam colaborar ou possam participar desse processo, e a gente acredita que sim, nós vamos conseguir alcançar esse resultado e a medida que a gente tenha algo estruturado, e é esse o trabalho que a equipe técnica da Secretaria tem feito, a gente tem certeza que essa economia ou esse arranjo de restauração no estado de São Paulo, porque um arranjo... Por que eu falo que é um arranjo? Porque a gente tem que pensar a questão de produção de mudas, a gente tem que pensar no que isso gera de emprego e renda, no que isso pode gerar de renda, por exemplo, para as comunidades tradicionais, para os quilombolas, para os indígenas. Todos os arranjos que podem fazer parte desse processo de criar uma estrutura no estado de São Paulo ou fortalecer uma estrutura que muitos já dizem que já existiu, de forma mais robusta, mas que tenha um arranjo que o estado participe, mas um estado não seja o ator principal, o ator principal seria o próprio interesse de algumas empresas ou de entidades e associações, o estado trabalhando de forma parceira com esse processo para que a gente viabilize esse processo de restauração no estado de São Paulo, que nós temos um desafio grande até 2050 de restauração aí de 1,5 de hectares no estado como um todo. É um desafio grande, é um desafio que eu entendo que é factível, mas a gente tem que começar num processo que se auto proporcione, que gere essa aderência e que haja uma amplificação

desse processo. No início dessa discussão o pessoal da equipe técnica ficou bastante preocupado com o desafio dessa restauração de 37 mil hectares, 37.500 hectares, e todo mundo correndo, trabalhando para que a gente realmente tenha um arranjo que supere esse resultado que a gente está esperando. E aí, olhando mais diretamente para os programas, e aí com um olhar no Refloresta, a lógica que tem por trás do Refloresta na implantação de florestas multifuncionais, e também de pensar em sistema agroflorestais e se for pastoris, de forma a contribuir com essa mitigação e com o objetivo de conciliar a produção agrícola com a floresta em pé. A gente tem dentro dessa lógica, considerando o Refloresta como grande arranjo, grande programa que agrega os demais programas e projetos, como algo com um olhar transversal para tudo o que possa ser desenvolvido em relação à restauração no estado de São Paulo. E aí, indo para o Nascentes, a gente tem a possibilidade de ter projetos de prateleira e isso traz um ganho, a gente tem procurado, por exemplo, algumas empresas com o objetivo de mostrar que nós temos mecanismos de oferecer, por exemplo, projetos já disponíveis de prateleira, por exemplo, para cumprir alguma obrigação do licenciamento ambiental, e isso trazer o benefício que é, que ele se mete entre a necessidade daquele empreendedor e a obrigação que ele tem que cumprir com a disponibilidade dessas áreas, então também está em pauta fortalecer essa questão dos projetos de prateleira, ampliar, considerando também as Unidades de Conservação e outras áreas privadas que tenham interesse de restaurar, seja por alguma obrigação legal, ou seja, por alguma questão de iniciativa voluntária, mas com objetivo de amplificar a restauração por meio desse tipo de estratégia. E aí, no mesmo sentido, nós temos o banco de áreas nas Unidades de Conservação, e a possibilidade também de ter outro arranjo que eu vou falar um pouquinho mais a frente, que a gente já vem discutindo nessa mesma estratégia, de tentar buscar a regularidade ambiental de algumas áreas, e buscar esse ganho com essa questão da restauração. E aí, pensando nessa estratégia, nós temos uma conversa com o Itesp e com a esse SAA, com objetivo de fazer um trabalho consorciado de restauração das APPs e recomposição das reservas legais associada à titulação dos lotes. Então, pensar nesse arranjo de trazer a regularidade do ponto de vista não só cartorial, mas do ponto de vista ambiental, então a importância dessa conversa com o Itesp, que já identificou aproximadamente 14 mil hectares possíveis de serem restaurados dentro das áreas de assentamento rural. Então, é tentar consorciar as políticas públicas com esse objetivo, com esse olhar de trazer a regularidade e trazer o benefício ambiental. E aí a gente tem um impacto positivo nesse processo todo, entendendo que isso é o caminho que pode trazer algo relevante para essas comunidades, porque se você regularizar do ponto de vista fundiário, sem regularizar a questão ambiental, é uma coisa que não vai casar e não vai funcionar. E aí, voltando para a questão do Refloresta, e pensando numa estruturação e implementação dessas florestas multifuncionais, nós vamos implantar alguns projetos pilotos, algumas unidades demonstrativas, tanto para pesquisa, monitoramento e difusão de modelos indicados pelas diversas regiões no estado, com essa estratégia de explicar e mostrar para aqueles que tenham interesse de que esse tipo de implementação ele funciona e vai trazer o resultado econômico e alguns proprietários enxergam nesse tipo de restauração. É trabalhar na restauração com a possibilidade de aproveitamento da floresta. Então a gente já identificou algumas áreas para essa implementação, nós estamos num caminho de buscar o financiamento, e também para poder trabalhar também muito na realização de pesquisa e capacitação e difusão desse conhecimento que vai ser gerado a partir da implantação desse tipo de projeto. É pensar na forma de como viabilizar, como foi feito no passado, a execução de florestas que tragam essa perspectiva de retorno econômico, você poder explorar de forma sustentável, plantar e manter a floresta em pé, mas podendo explorar

economicamente essas florestas num manejo que seja o mais adequado possível dentro de uma perspectiva técnica. E aí entra também muito forte e foi contemplado também nosso PPA, o apoio a projetos por meio de pagamento de serviços ambientais. Isso está dentro do nosso PPA, essa perspectiva do Conexão Mata Atlântica e já desenvolve projetos nesse sentido, e essas ações serão continuadas, e serão amplificadas, inclusive com busca de parcerias privadas. Nosso objetivo é conseguir, já temos alguns interessados em discussão, em fomentar esse tipo de projeto, porque tem algumas empresas, por meio da questão da responsabilidade social que tem, enxergam isso como um caminho de privilegiar ou dar um foco ou olhar especial para aquelas comunidades mais fragilizadas. Então é pensar nesse caminho, nós já temos um trabalho feito pela Fundação Florestal, por exemplo, em relação à questão do Jussara, que eu acho que é um caminho excepcional e que a gente quer que esse tipo de projeto se torne em pé. E aí, o que a gente precisa trabalhar também nessa perspectiva? Por exemplo, no olhar da Jussara, é criar um mercado específico para que a gente consiga trabalhar em que, por exemplo, em uma comunidade quilombola, uma comunidade indígena, uma comunidade tradicional, tem uma produção sustentável e possa ter um mercado garantido ou tenha uma forma de trazer um arranjo em que eles consigam vender aquele produto diretamente para quem vai consumir, ou pode ser, por exemplo, uma rede de mercado, você vende, talvez aquela Jussara com selo, isso que a gente está discutindo, com o selo verde do estado de São Paulo, em que aquela produção é uma produção sustentável, desenvolvido por uma comunidade tradicional e que possa levar isso para que determinado mercado ou determinado interessado possa vender aquele produto com selo ambiental do estado de São Paulo. Então é pensar nessa estratégia, isso está sendo discutido, das economias que a gente pode gerar de produção local, de produção que possa trazer o benefício de trazer uma renda mais sem atravessador, que eu sempre falo do atravessador, é trazer uma renda suficiente ou que seja mais satisfatória para aqueles que produzem de forma sustentável e possa ter um mercado aberto para poder vender esses produtos produzidos por essas comunidades. E aí, é dentro do que vem sendo discutido e trabalhado, nós estabelecemos algumas estratégias, uma das estratégias, como já falei, criar unidades demonstrativas para pesquisa, inovação tecnológica e difusão, a gente quer que realmente a gente tenha parcerias para mostrar que o mercado de madeira legal ele é um mercado que pode se tornar sustentável do ponto de vista econômico e social. E aí nós temos alguns projetos e já tem indicados as unidades que vão fazer essa gestão dentro da Secretaria. O pessoal vem trabalhando e fazendo essa discussão interna e o detalhamento disso, por exemplo, algo que não está nessa estratégia, mas é algo importante e eu combinei com a Fundação de fazer uma divulgação e a consulta pública é em relação à minuta de resolução da Secretaria que estabelece regras para coleta e utilização de sementes em Unidade de Conservação, para a gente ter a disponibilidade de sementes de espécies nativas e possam gerar esse benefício esperado da produção de mudas no estado de São Paulo. Então, a minuta de resolução já foi oferecida pela Fundação, eu tenho alguns ajustes técnicos a realizar, mas nós vamos colocar em consulta pública pelo um prazo de pelo menos 30 dias para que a gente possa receber contribuição de todos nesse processo de construção dessa resolução, a gente acha que é importante ter essa colaboração externa, esse olhar externo, principalmente porque a gente sabe que as sementes, essas matrizes, sementes, pomar de sementes, faz com que projetos sejam viabilizados em decorrência da disponibilidade da semente, e como eu tenho colocado, é pensar desde o solo, de você recuperar aquele solo, a estratégia de olhar, ter o olhar direcionado para o solo, até enxergar aquela floresta em pé. Então, eu falo floresta pessoal, mas não necessariamente só floresta, né? A gente tem que pensar em arbustivas, ter pensar em gramíneas nativas, pensar dentro daqueles

ambientes a questão da restauração. A gente fala floresta, que é o que normalmente a gente trabalha, mas tem essa estratégia de restauração, com olhar territorial e olhando para esse tipo de estratégia, apoiar a implantação das unidades, monitorar e explicar, e prospecção de potenciais unidades demonstrativas em áreas privadas, para com o objetivo de de fomentar esse tipo de ação. E aí, por trás disso tudo também, a gente vai ter que trabalhar do ponto de vista de arcabouço jurídico para trazer a segurança jurídica para você plantar a floresta e também poder explorar essa floresta, porque a gente tem enxergado, em algumas situações, alguma insegurança jurídica gerada ao longo do tempo. Então, trabalhar não só do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista jurídico. Em relação à estratégia dois, a questão do arranjo de financiamentos e incentivos econômicos. E aí tem diversos projetos sendo discutidos, o Biota Síntese, a equipe do biota síntese tem colaborado muito com esse processo também, com objetivo de buscar fontes de financiamento, e aí foi publicado um relatório recente com esse objetivo, está disponibilizado no site da SEMIL. Foi disponibilizado diante da publicação que foi feito para identificar e enxergar quais seriam as fontes de financiamento para que aqueles que tenham interesse em buscar, desenvolver esse tipo de projeto, consiga identificar oportunidades de financiamento e amplificação de projetos que sejam estruturantes. Então tem desenvolvimento de mecanismos de financiamento, realização de parceria com prefeituras para o PSA, como eu falei, é uma estratégia forte. Regularização e ampliação de Unidades de Conservação com compensação de reserva legal e concessão de áreas para restauração, identificação e qualificação dos serviços ecossistemas para projetos de uma forma geral, e logicamente, a ampliação do programa de PSA por meio de financiamento, tanto público como privado. E aí, a questão de fomentar a cadeia produtiva da restauração, é outra estratégia que está sendo discutida internamente e que nós contamos com o apoio de todos nessa estruturação, eu acho que é importante a participação daqueles que tenham expertise nessa questão da cadeia produtiva de restauração, que possam colaborar de forma efetiva nesse processo para a gente, principalmente, tentar reduzir o máximo possível as lacunas e gargalos, e trabalhar de uma forma muito acertada, consertada com todos os atores que se envolve com essa cadeia produtiva da restauração. E aí entra a estratégia de capacitação, entra a estratégia diagnóstica e produção de mudas no estado, o fomento de novas atividades profissionais relacionadas à restauração, porque a gente quer que outras formas de capacitação, outros mecanismos de estruturação desse tipo de cadeia sejam desenvolvidos ao longo do tempo. Além disso, voltando na lógica do Refloresta, fomentar cadeias de valor de produtos da floresta, e aí nós vamos implementar o aplicativo do Refloresta, agora em outubro, não é isso, Helena? Setembro. Então, agora em setembro nós vamos divulgar o Refloresta, o sistema, o lançamento do aplicativo, e vamos capacitar, explicar essa questão de como o Refloresta pode auxiliar nesses processos de projetos produtivos, consorciados, pensar nessa questão da criação do selo verde que eu falei para apoiar a comercialização dos produtos sustentáveis, promover estratégias de compras públicas e sustentáveis que já existe no estado, mas apoiar ainda mais esse tipo de estratégia, o diagnóstico e mapeamento de outras cadeias produtivas e novas oportunidades também de melhoria dessas cadeias e além disso, da modelagem de planos de negócios, porque a gente sabe a dificuldade de quem está trabalhando na ponta de ter um modelo que seja sustentável do ponto de vista econômico. Então, está em discussão isso também e é um desafio grande que a gente vai ter que trabalhar. Além disso, dentro da estratégia cinco, é o desenvolvimento da capacidade técnica e de gestão. E aí tem um olhar tanto para dentro como para fora da Secretaria, para que a gente consiga desenvolver projetos que tenham essa pegada de formar pessoas, de estimular a criação de pessoas que possam trabalhar nesse mercado, criar essa

1459 autonomia para que essas pessoas busquem o caminho para fomentar esse tipo de atividade no estado
1460 de São Paulo. Uma próxima estratégia é a promoção do uso de soluções baseadas na natureza e
1461 projetos de carbono. Isso também está sendo fomentado e discutido internamente, nós contamos
1462 muito com as experiências que venham. Eu brinco que nada se cria, tudo se copia, a gente já tem
1463 visto algumas experiências de outros estados, principalmente no norte do país, e a gente quer trazer
1464 essas experiências para o estado de São Paulo com objetivo de implementá-las. Então tem um
1465 trabalho forte das nossas equipes, mas sempre contando com apoio de vocês, eu acho que o apoio de
1466 todos os atores que possam contribuir nesse processo é fundamental para que a gente possa ter algo
1467 robusto, estruturado e funcional. E aí um ponto também que é relevante, é dentro desse trabalho todo,
1468 é trabalhar muito com a questão da comunicação e sensibilização de atores. A gente sabe, nós
1469 sabemos que a comunicação é um processo que tem que ser contínuo. É um processo que faz com
1470 que a gente consiga divulgar as informações que trazem o resultado que a gente precisa do ponto de
1471 vista, tanto de comunicar como de educar, e aí na situação de projetos que a gente tem aqui para
1472 estruturar essa comunicação, ela tem que ser transversal e tem que ser implementada de uma forma
1473 contínua dentro de uma estratégia de um plano de comunicação, então nós vamos trabalhar, ainda
1474 não começamos a desenvolver esse plano, mas um plano de comunicação bastante robusto, não só
1475 para o Refloresta, mas para demais temáticas que a gente já tem elencadas, e possam ser identificadas.
1476 Nós estamos reestruturando o site da Secretaria e a gente quer alimentar esse site com essas
1477 experiências exitosas, trazer essa transparência, e essa divulgação para que as pessoas enxerguem na
1478 restauração florestal um meio de vida e uma forma de trazer o benefício ambiental que a gente espera.
1479 E aí há uma estratégia oito, que é garantir a articulação interinstitucional, isso está muito associado
1480 ao gabinete da Subsecretaria. A gente precisa ter esse arranjo. A gente tem feito uma discussão ainda
1481 não da forma como gostaria, por conta das agendas que a gente tem, mais uma conversa muito
1482 próxima com a Agricultura, com o Itesp, com outros atores que possam nos ajudar a estruturar os
1483 modelos, por exemplo, de financiamento. Nós estamos conversando com o Investe em São Paulo
1484 para trabalhar no portfólio que eu falei no início da minha fala mais cedo, com objetivo de trazer
1485 parceiros privados na construção desses modelos e na implementação dessas ações que possam
1486 melhorar a restauração. Esses trabalhos de produção ambiental aqui no estado de São Paulo de forma
1487 muito firme. Então, basicamente, a apresentação era essa, colocar à disposição. Não sei se a Helena
1488 gostaria de falar algum ponto que eu deixei de falar, ou ou algum ponto que entenda que seja
1489 relevante. Acho que é importante.

1490
1491 **02:35:14 Helena Carrascosa:** Obrigada. Bom dia a todos. Não deixou de falar nada, só queria fazer
1492 alguns destaques que eu acho que são importantes para situar aqui. A primeira coisa que essas
1493 estratégias que o Jonatas mostrou são do nosso planejamento estratégico do programa Refloresta.
1494 Então a gente está construindo esse planejamento estratégico num trabalho colegiado que envolve
1495 todas as áreas aqui da Secretaria, a partir da identificação das oportunidades, aquela coisa clássica, a
1496 gente desenhou algumas estratégias e alguns projetos. Ele listou aqui, são 30 e poucos projetos, claro
1497 que não são todos de início imediato, mas para cada um deles estamos construindo metas com prazos,
1498 então a gente vai ter condição de fazer um trabalho que envolve muita gente, e as coisas são
1499 conectadas e a gente não perde essa articulação do todo. Eu queria destacar só umas coisas que acho
1500 que são importantes dentro do programa. 1 – É Olhar a restauração além da restauração ecológica,
1501 que tem sido a nossa área de atuação historicamente, pensar na restauração ecológica, agora a gente

pensa na restauração ecológica, mas a gente não pensa só naquilo, a gente abriu um pouco aqui e está buscando modelos de restauração de paisagens, pensando num conceito mais amplo, que sejam capazes de gerar renda para o proprietário da terra, porque se a gente fala em restaurar 1,5 milhão de hectares, a gente está indo além da exigência da legislação de proteção da vegetação nativa. Então, é claro que, para que uma pessoa faça além daquilo que é exigido, ele tem que ver o interesse em fazer isso, se não a única pessoa que pode tomar a decisão de implementar uma ação voluntária de restauração, além do que a lei exige, é o proprietário da terra, mais ninguém, a menos que a gente desaproprie a terra e que não é a ideia. Então, trabalhando com esses modelos de florestas multifuncionais, de SAFIS, de sistemas silvipastoris, tentando fazer aqui a demonstração, que é uma coisa que a gente está muito convencido, de que é possível conservar a biodiversidade, o solo, a água, sequestrar carbono e gerar riqueza, gerar renda e tal. Então, olhando essa questão, a gente está pensando numa lógica de polo, porque a gente sabe que não adianta induzir ou incentivar alguém a implantar uma floresta se ele não sabe para quem que ele vai vender aquele produto que vai sair dali, quem vai beneficiar, para que mercado isso vai, então a gente está pensando nessa questão na lógica de polo regional, identificando oportunidades que existem no estado com espécies nativas, mas também com espécies exóticas, que convivam bem com nativas, é o caso da seringueira lá no noroeste do estado de São Paulo e outras espécies que não entram dentro desses modelos. O aplicativo que o Jonatas mencionou, que vai ser lançado agora em setembro, ele juntou um banco de dados muito completo, muito complexo, com a melhor informação disponível sobre as espécies, principalmente as espécies nativas. Informação ecológica, a área de ocorrência, onde ela se adapta ou não, como é aquela espécie, informação silvicultural, se a gente sabe quebrar a dormência, produzir muda, se a gente sabe manejar isso, e os dados de crescimento para aquelas que a gente tem, que as informações estão disponíveis, e a gente garimpou isso por aí, com o crescimento amarrado em dado climático, tal, para que a gente tenha melhor aproximação possível e dados econômicos, de custo de implantação, todas as operações que têm que ser feitas para implantação e manejo e a expectativa de retorno econômico. Isso, então, nosso aplicativo vai fornecer para qualquer um interessado, para qualquer lugar do estado, e é um instrumento a mais para apoiar a tomada de decisão. Sozinho ele não funciona. Se a gente não tiver esse olhar de tentar fazer essa organização regional, só informação não funciona. A gente sabe que se a informação fosse suficiente, ninguém fumava, e as pessoas fumam, mesmo sabendo que faz mal, né? Então, isso não é suficiente. A gente está trabalhando para construir todo esse arcabouço. E a outra coisa que eu acho que é legal de destacar, é que a gente ouve, lê toda hora, que tem um monte de dinheiro querendo vir para parar em floresta, tem um monte, todas as discussões do clima na COP tem, sei lá, bilhões que querem vir parar para financiar a floresta, e a área está lá e tem necessidade de restaurar e isso não está chegando. O que acontece? Não há hoje um instrumento econômico, vamos dizer, um mecanismo econômico financeiro que possibilite que esses recursos de fundos de impacto, recursos privados, cheguem na restauração. Então a gente está trabalhando aqui também, com o apoio do projeto Biota Síntese, no delineamento do que seria esse mecanismo, eu chego de uma máquina de moer dinheiro que seja capaz de pegar, captar recursos de diversas fontes, com diversas condições, recursos de investidor que quer algum retorno econômico, algum recurso do próprio estado, recurso de doação, recursos de fundos de impacto, e que esse dinheiro seja alocado para financiar projetos também de diferentes maneiras, projetos que tem retorno econômico, esse dinheiro vai ser emprestado para ser devolvido, de acordo com o fluxo de caixa do negócio, incentivos como PSA, seriam incentivos que o pagamento não é em dinheiro, mas é retorno

em serviços. Então isso está sendo concebido, e acho que se a gente tiver sucesso nisso, a gente se sente mais apto a ter acesso a esses recursos que a gente ouve falar que tem por aí e nunca chegam no chão, a gente quer trazer isso para cá. Basicamente acho que era isso que eu queria destacar, e dizer que a importância da gente ter aquelas coisas que o Jonatas mostrou no começo, um sistema de registro de projetos, uma experiência de fazer a conexão de atores e um monte de coisas que a gente veio construindo ao longo do tempo, que ainda não conseguimos atingir uma escala, mas nos dá condição de pensar que esse salto de escala é viável. A gente, de fato, acredita nisso e esperamos que a gente tenha sucesso.

02:42:09 Anselmo Guimarães: Obrigado, subsecretário Jonatas. Agora vamos passar aos debates. Já tenho aqui, inicialmente inscrito, o conselheiro Fernando Prioste, também o conselheiro Gilmar Ogawa, o conselheiro Roberto tinha levantado, né? Roberto, Paulo Nelson, também o conselheiro Henrique Kefalás, quer fazer uso da palavra, então? Cris Murgel. Então, deixa eu só repetir, o conselheiro Fernando Prioste, conselheiro Gilmar Ogawa, conselheiro Roberto Resende, Paulo Nelson, Cristina Murgel, Henrique Kefalás, e o conselheiro Djalma também. Então vamos começar com o conselheiro Fernando Prioste, que tinha indicado inicialmente também para participar Eduardo Malta, também do ISA. Seja bem-vindo, Eduardo Malta, também do Instituto Socioambiental, por favor.

02:42:35 Eduardo Malta (ISA): Obrigado, boa tarde. Bom, eu queria parabenizar pelo belíssimo programa apresentado. E queria colocar aqui um pontinho que é muito importante. Eu trabalho com restauração Florestal no estado de São Paulo há 23 anos. E não parece, mas a gente viu uma mudança grande ali em 2014, com aquela resolução SMA 32, que mudou uma chave importante. E até aquele momento, restauração, ela era cobrada por projeto. O projeto técnico é aprovado, é bom, pronto, é aquilo que aí, se o cara implementou aquelas atividades que estava no projeto técnico, é aquilo que você fiscalizava. Em 2014 isso mudou. Ninguém precisa mais ficar olhando o projeto técnico e se foram cumpridas as atividades e o cronograma, a partir daquele momento a Secretaria de São Paulo estabeleceu os indicadores de sucesso. Então, que resultados você tem que atingir para falar que a restauração foi feita e está concluída. Então tem lá os três indicadores, a riqueza, a densidade de nativas e a cobertura de nativas. Atingiu ali 30 espécies, 3000 regenerantes e 80% de cobertura na floresta, se restaurou floresta. Isso facilita muito a fiscalização, porque não precisa ficar analisando o projeto e você garante que o resultado vai ser a restauração e não simplesmente uma nota fiscal de compra de mudas ou cronograma de atividades cumpridas. Entretanto, vários técnicos, a Cetesb, talvez do Ministério Público também, eles incorporaram isso, eles incluíram, ó, você tem que atender a SMA 32, mas eles não tiraram o que eles já recomendavam antes, então, eles continuam recomendando que tem que plantar muda, e naquele espaçamento, manter a área limpa. Eu tenho até um trecho aqui que eu gostaria de ler, é tirado de um TCRA assinado esse mês, onde a Cetesb escreve: “Seguir todas as orientações técnicas recomendadas para o plantio e condução do mesmo, aplicando todos os tratos culturais que se fizerem necessários, controle de formiga, irrigação, adubação, manter a plantação constantemente livre de plantas invasoras ou arbustos que possam prejudicar o desenvolvimento das mudas plantadas”. Em seguida, ele escreve: “Realizar todas as avaliações e atividades de monitoramento nos termos da resolução SMA 32 de 2014”. Se ele seguir a primeira recomendação de manter aquilo limpo, ele não não atinge as metas da SMA 32, porque precisa ter

regenerante para ter até 3 mil indivíduos por hectare. Ele fica mantendo limpo, como toma a recomendação, ele não atinge o sucesso da restauração. Então queria pedir, a gente desenhar um processo para poder mudar e que eles parem de propor a técnica, e aí, deixar como está a norma de poder, cada projeto definir a sua técnica e todo mundo tem que entregar o mesmo resultado. Isso atrapalha demais o nosso trabalho. A gente trabalha com uma técnica que não planta mudas em viveiro, a gente, prioritariamente, planta sementes direto no chão, semeadura direta, muvuca de sementes, que também sustenta esse trabalho de várias redes de coletores de sementes em assentamentos, em terras indígenas, territórios quilombolas, então para a gente é importante que isso possa ser utilizado, que as pessoas possam usar, tanto o plantio de mudas como a semeadura direta, como a nucleação, e esse jeito de tratar, que eu acho que é simplesmente uma inércia de como era antes. Acho que não existe nenhum problema, uma dúvida técnica, mas essa inércia dificulta muito a gente poder fazer uma restauração melhor. E isso, aproveitando aí um último ponto, que é que pedir a isenção de ICMS para sementes e mudas nativas. Obrigado.

02:47:08 Thomaz Miazaki de Toledo (Cetesb): Bom dia a todos. A primeira intervenção aqui. Assim, a discussão técnica é bem-vinda. Do ponto de vista da Cetesb, a gente também está num momento em dar mais celeridade, tornar um instrumento de compensação, o Termo de Compensação TCRA, a forma como o pessoal chama, tornar ele mais executivo para que a gente consiga, de fato, acompanhar as atividades, a recuperação das áreas, sair do papel e acompanhar de fato os esforços de recuperação, se existem outras metodologias, eu acho que é uma provocação bem-vinda, de fato a gente está ainda replicando o modelo criado lá pela resolução lá atrás, então acho que é uma discussão bem-vinda, a gente vai poder absorver aí na sequência.

02:48:03 Jonas Trindade: Essa é a importância de uma apresentação dessa, né? Que eu acho que todos sabem e entendem que esse tipo de colaboração técnica é fundamental, até para retroalimentar o processo. O processo está seguindo o caminho errado, que não deveria, e eu concordo com você, eu acho que a gente tem que rever. A Cetesb está aí representada pelo seu presidente, e eu acho que assim, trazer isso, inclusive, por escrito. Aqui fica registrado, mas eu acho que trazer até uma recomendação técnica, que é uma recomendação técnica, é importante para esse processo, pessoal. Nós não temos a solução mágica, nem somos o dono da verdade. Nós estamos aqui para construir um processo. Esse processo tem sido feito com várias mãos, envolvimento técnico primordialmente. Eu tenho acompanhado esse processo também nessa construção, até como forma de colaborar, mas nós não somos donos da verdade, nós estamos abertos a essa discussão, inclusive com objetivo de estimular isso que eu chamo de mercado, não sei se é melhor palavra, mas realmente pensar numa economia da restauração no estado de São Paulo, algo que se sustente, que tem esse apego, esse apelo ambiental e que traga também o benefício econômico. Então acho que tem uma forma de você, dentro do tripé, social, ambiental e econômico, trabalhar de uma forma muito clara nesse sentido, Thomaz.

02:49:22 Thomaz Miazaki de Toledo: A Cetesb está alinhada com a Secretaria nesse sentido, é até uma preocupação que surgiu dos próprios técnicos da Cetesb, que a gente tem nas agências, as 46 agências espalhadas pelo território, a gente tem vários processos de TCRA antigos, às vezes com 20, 30 anos, e é uma preocupação de fato, dos técnicos de como é que a gente dá uma baixa para essa obrigação que foi gerada lá atrás e, ao mesmo tempo, a gente afere o resultado de recuperação das

áreas. Então acho que essa é uma preocupação, a gente fez um convênio também para buscar tecnologias que nos auxilie no acompanhamento das áreas, utilizando tecnologias com Imagem de satélite, e também temos conversado bastante com a Fundação Florestal para criar alguns mecanismos mais dinâmicos de recuperação, compensação florestal nas Unidades de Conservação.

02:50:24 Anselmo Guimarães: O conselheiro Daniel Smolentzov pediu também para fazer uma parte aqui nesse momento.

02:50:28 Daniel Smolentzov: Só fazer um complemento aqui, uma sugestão. Como o conselheiro falou que essa questão está colocada nos Termos de Compromisso de recuperação ambiental da Cetesb, mas também nos termos de ajustamento de conduta do Ministério Público. Então, se houver essa evolução dos instrumentos, a partir da análise aqui da Secretaria e da Cetesb, para que isso seja comunicado ao Ministério Público, até pelo nosso Termo de Cooperação Técnica, que nós temos com a instituição para melhoria do fluxo de informações. Então, no âmbito dessa cooperação técnica, para que seja preparado um documento pela Secretaria, o mesmo, encaminhar o processo onde houver essa discussão técnica e de aprimoramento do instrumento jurídico, que é o Termo de Ajustamento de Conduta em sentido amplo, com o nome que ele tem aqui lá, mas, enfim, o instrumento jurídico é o mesmo, é o Ajustamento de Conduta. Então, que esse aprimoramento de texto, que isso seja comunicado ao Ministério Público para que eles também avaliem de seguir na mesma linha que a nossa melhorando então o instrumento que vai ser firmado com particular para que haja de fato essa melhoria na restauração ecológica, que é o objetivo de todos nós. Fica essa sugestão.

02:52:00 Anselmo Guimarães: Muito obrigado, conselheiro.

02:52:02 Jonatas Trindade: Anotado e anotado também em relação a essa questão da isenção do ICMS. Vamos estudar, conversar, temos que conversar com a Fazenda, tenho que entender, mas está anotado. Obrigado.

02:52:12 Anselmo Guimarães: Conselheiro Gilmar Ogawa.

02:52:15 Gilmar Ogawa (Faesp): Bom, a minha pergunta é bem simples. Considerando a área degradada ou a área alterada, quanto custa a restauração florestal por hectare no bioma cerrado e no bioma Mata Atlântica?

02:52:29 Helena Carrascoza: Bom dia, Gilmar. Não existe uma resposta única para isso, depende das condições do local, depende do quanto é fácil ou difícil executar alguma coisa. Se é mecanizável, se não é mecanizável, se é plano, se é uma área grande, se é uma área pequena, mas quando a gente fala em restauração ecológica, também depende do método de restauração que vai ser usado, do potencial de regeneração natural, não existe uma resposta só, existem várias questões a serem consideradas aí. No nosso aplicativo, a gente coloca lá um custo estimado para implantação, nesse que vai ser lançado, considerando quatro classes diferentes de relevo, e dois níveis diferentes de mecanização, que vai ser adotado pelo proprietário da área, e com isso a gente consegue dar uma estimativa do custo para implantar aquele projeto da floresta multifuncional. Dá para imaginar que o

custo para implantar a restauração será parecido para a implantação, porque depois ali a gente tem o custo do manejo silvicultural, das não madeireiras, tem podas e tal, nas madeireiras tem desrama, desbaste, mas a gente vai fornecer ali uma planilha. Isso eu acho que é uma coisa legal, que serve para todo mundo, com todas as operações necessárias e a estimativa de tempo que se gasta na mecanização e quantas horas de serviço, para que fique fácil depois calcular esse valor, mas não há uma resposta única. Se você me perguntar se eu tivesse que fazer um número para pensar, numa escala macro, eu diria 25000 reais por hectare, sendo que há coisas, há lugares em que é muito mais fácil, muito mais barato e há lugares em que é mais difícil, será muito mais caro.

Anselmo Guimarães: Doutor Daniel vai complementar

02:53:58 Gilmar Ogawa: Eu tive numa Audiência de atendimento ambiental, e lá na ocasião, o técnico, acho que era da Secretaria do Meio Ambiente, impunha 54 mil reais por hectare. Você está falando que custa 25.

02:54:30 Helena Carrascosa: Não, isso é o cálculo que é feito para fins de conversão de multa, cada hectare restaurado, a bateria no valor da multa a pagar 54 mil reais. Isso é muito vantajoso, inclusive para quem faz a conversão de multa. Seguramente ele consegue fazer por menos se ele foi eficiente, e abate um valor maior da multa. Essa é uma vantagem para a pessoa, ninguém está cobrando dele esse valor, até porque a gente não faz serviço de restauração, ninguém vende esse serviço aqui, não é? É para efeito de cálculo da conversão.

02:55:13 Gilmar Ogawa: É, mas para quem vai fazer a restauração, ele tem que ter uma ideia de quanto ele vai enfiar a mão no bolso para pagar isso tudo.

02:55:25 Jonas Trindade: Então, mas é por isso que o programa Refloresta vai auxiliar nesse sentido. Ele faz um cálculo considerando as condições, ele se adapta aquele projeto, aquele local e estima quanto é que vai custar aquela restauração e como é que ele vai explorar aquela área depois para frente, com o custo esperado de manutenção daquela área também, e o tanto que ele vai conseguir projetar a questão do retorno econômico.

02:55:50 Anselmo Guimarães: O conselheiro Daniel Smolentzov.

02:55:58 Daniel Smolentzov: Complementar dois pontos. Uma questão da conversão da multa, então como bem colocou aqui a Helena Carrascosa, esse valor é um valor que incentiva o proprietário a converter a multa em restauração ecológica na medida em que o valor que vai ser abatido da multa é um valor a maior do que aquilo que ele vai gastar efetivamente para fazer a restauração ecológica. Então o estado vai deixar de arrecadar esse valor da multa, mas o proprietário efetivamente vai gastar menos. Essa é a lógica. E uma segunda questão que eu queria reforçar, esse cálculo nós já tivemos muitos embates no âmbito do poder judiciário dessa estimativa do cálculo da restauração ecológica. Então o Poder Judiciário exigia que o estado apresentasse esse cálculo e várias consequências jurídicas nós tínhamos a partir dessa discussão. Então, nós conseguimos, num trabalho grande da Procuradoria Geral do Estado, um convencimento do Poder Judiciário nessa linha em que foi

colocada aqui pela Helena Carrascosa, de que o custo da restauração ecológica, isso é um valor estimado, e um valor que essa estimativa é uma estimativa muito ampla. Então, o que nós temos que olhar realmente para o caso concreto, para os fatores que influenciam na restauração ecológica, para se chegar esse valor mais concreto. Então, hoje foi colocado aqui que nós estamos trabalhando nessa linha, de trazer diferentes métodos de restauração e cada um com o seu custo estimado em relação também aos terrenos e etc, mas sempre com essa ressalva que é importante, para que não haja um retrocesso nesse assunto, principalmente na defesa do estado de São Paulo, nessas ações, e mesmo quando as ações são propostas pelo estado de São Paulo, de nós voltarmos a essa questão dos custos sendo um ponto de discussão nas ações judiciais. Temos que trabalhar sempre no caso concreto, porque há uma, de fato, uma variação muito grande. Então, quando se coloca aqui que houve o aprimoramento para a valoração de quanto seria, que isso é uma estimativa, é um valor assim, por alto, para os proprietários terem apenas um norte de mais ou menos quanto eles podem gastar, mas longe desse valor ser um valor mais concreto de discussão efetiva, quando for o caso. Tá bom? Deixar essas duas ressalvas aqui registradas para que não haja uma volta há uma discussão que para nós, já está superada e, aliás, já é bem consolidada.

02:58:58 Gilmar Ogawa: Não, mas a dúvida permanece, não é? Quanto custa fazer a restauração de um hectare? Ter a noção. Então tem muitas variáveis aí...

02:59:12 Daniel Smolentzov: Essa resposta foi dada, conselheiro. Essa resposta foi dada, e eu acho que ela foi bem colocada pela Helena Carrascosa, de que essa pergunta ela não tem uma resposta objetiva. Então, por mais que o senhor queira, anseie por uma resposta objetiva, custa 25, custa 30, custa 50, custa 80. Ela não tem uma resposta objetiva, porque ela depende de muitas variáveis. O que nós estamos trazendo aqui é um norteador, então esse norteador, no passado até ele já foi mais amplo com o número que abrangia todo o estado de São Paulo, hoje há uma evolução do norteador, como foi colocado aqui, nós estamos trabalhando com algumas variáveis que trazem número já distintos, mas sempre com essa ressalva de que, mesmo com a melhora dos indicadores, esse número nunca é um número preciso, nunca é o número exato, e aí, quando for o caso de uma discussão concreta, esse número tem que ser visto no caso concreto e não usando como base esse esse indicador que nós estamos colocando aqui.

03:00:52 Gilmar Ogawa: Mas deveria ter um estudo aí, pelo menos que você tivesse uma estimativa em função, talvez, de uma faixa de valores. Pode variar de tanto a tanto. Eu acho que é importante. Desculpa, mas você vai comprar alguma coisa sem saber qual o valor daquele preço? Esse que é o problema, não é?

03:00:53 Anselmo Guimarães: Conselheiro Gilmar Ogawa, eu só queria pedir a compreensão, o regimento permite, no mínimo, duas intervenções por conselheiro. Como nós temos diversos interessados ainda para fazer uso da palavra, eu queria pedir a compreensão para a gente passar para a próxima fala. Por favor, presidente Jônatas queria fazer uma fala aqui.

03:01:16 Helena Carrascosa: Não, só reforçando isso, Gilmar. Mesmo nessa orientação que a gente vai dar, a gente toma como base de cálculo um quadrado de um hectare e fala: o estimado por um

hectare é esse. O terreno onde isso vai ser implantado não é um quadrado de um hectare, então vai ser preciso que alguém pegue esse modelo e invista no terreno, e é nesse momento que a pessoa vai ver exatamente o que é que tem e ajustar esses valores para aquele terreno. É impossível fazer isso a priori, para uma coisa que sirva para qualquer lugar. A restauração não é como assim, eu vou comprar uma caneta, a caneta está aqui, é uma coisa que vai ser executada num lugar que tem condições determinadas daquele lugar que eu não posso prever de antemão, não sei o potencial de regeneração natural, não sei se o solo está adequado e se o solo está degradado, não está degradado, eu não sei qual é a declividade, é impossível fazer isso. Seria uma irresponsabilidade a gente chega aqui e falar que o custo é tanto, porque posso errar muito. E não é porque eu não sei, é porque é impossível fazer isso a priori. A faixa de variação é necessariamente muito grande, e isso vai ter que ser olhado no caso a caso, é como eu perguntar aqui se uma pessoa estiver doente, quanto custa o remédio? Aí você vai perguntar, o que ela precisa, de uma aspirina ou ela precisa de um transplante de coração? Qual é o custo do tratamento dessa pessoa? Não sei, não vi a pessoa não. Talvez o médico possa falar, olha, essa pessoa precisa de tal e tal tratamento, estimo o custo tal, mas eu não consigo fazer isso a priori, para qualquer doente. É essa situação.

03:03:03 Anselmo Guimarães: Eu queria só esclarecer, só pedir a compreensão de todos. Nós estamos vendo na tela algumas oscilações, parece que a gente está saindo de... mas, na verdade, fui informado aqui pela técnica que é apenas a nossa projeção aqui, que está tendo a sua oscilação. A transmissão e a participação online, a gente está mantendo. O meu computador acabou de oscilar aqui. Por favor, conselheiro Roberto Resende, por gentileza.

03:03:27 Roberto Resende: Primeiro, Helena, eu aqui vendo o projeto, acho que a gente, é interessante lembrar que a gente tem uma atuação profissional aqui, além de estar aqui como conselheiro e separar isso. A Iniciativa Verde, que eu estou representando, ela atua bastante nesse setor, então a gente pode até, eu queria até separar um pouco. Acho que essa visão que a gente, de trazer demandas, como Eduardo trouxe, eu queria propor assim, em primeiro lugar, o encaminhamento bem concreto aqui para o secretário Jonatas, a gente tinha até há algum tempo, um calendário de reuniões com o Programa Nascentes, tem muita, por questões específicas, não foi colocado, de postura da questão até cultural da Cetesb, de como é que lida com o TCRA, como é que entende o programa, esses mecanismos, de retomar essas reuniões, acho que tem assunto aqui para discutir com os restauradoras, sejam ONGs, sejam empresas, e ajustes e aprimoramento, manutenção assim, nos programas, com a Fundação Florestal, com Cetesb e com a coordenação do programa Refloresta e Programa Nascente, concretamente, acho que periodicamente é importante ter essas reuniões para ir aprimorando o fluxo. Acho que a gente tem bastante demanda aí, e o Universo seria assim, a gente fala pelo parque de restauração da Mata Atlântica, que não deixou de ser um “sindicato dos restauradores”, mas não é só ONG, não é só empresa então entra um pouco até da preocupação que o Gilmar colocou, porque a restauração é múltipla, tem desde o alto motiva, alto executada, questão judicial de licenciamento. Então, tem muitas variáveis envolvidas, mas com certeza tem um nicho que a gente tem o que discutir. A gente gostaria de propor essa atividade independente aqui do CONSEMA, para retomar com os atores, pelo menos quem está atuando entre o Programa Nascentes, e o Pacto pela Restauração, tem a Iniciativa Camisa Semente, a gente tem muita coisa pontual que não caberia discutir nesse colegiado agora. E num outro nível, mais caminhando por uma questão de

política pública, talvez acrescentar na proposta alguma ideia de um tipo de Painel, como já tem um Painel Verde, para poder ter um acompanhamento dessas propostas e do andamento delas, a gente não tem um colegiado da restauração específico, mas pelo menos um instrumento assim, para que possa compartilhar mais essa questão do andamento das metas e tal, e até ligando com questão mesmo de política pública. Até a preocupação lá na apresentação que foi colocado os números dos SARE. Tem mais ou menos, pouco mais de 700 hectares dentro de 29 mil que são referentes à adequação ambiental. Então, assim, se a gente tem até 2050, aquele milhão e meio, é a preocupação do Painel, como é que está essa curva? É lógico que a gente está vendo muito, e eu pessoalmente, voltando, a gente, literalmente, vive disso e trabalha muito com a compensação dentro do licenciamento, mas a restauração não está aparecendo ali no SARE e nem é mais para aparecer, desde a mudança do Agro Legal, que é da adequação ambiental, como é que está indo? Como é que está evoluindo e o que pode ser feito para incrementar? Porque ela é praticamente metade da meta climática e do estado em termos de uso da terra. Então, um pouco essa proposta assim, primeiro é uma questão mais específica, não deixa de ser até um lobby, assim, uma demanda, turma da restauração, da gente retomar uma reunião bem objetiva a exemplo do que o Eduardo colocou, mas outras questões do tipo para discutir aprimoramentos, reajustes na restauração. E outro na questão de um Painel, algum instrumento mais estrutural, para a gente acompanhar a implementação dessas áreas propostas, que estão sendo bastante interessantes, tem reciclagem de coisas já em andamento, tem coisa nova, e é dinâmico mesmo. E aí, nesse sentido, só uma questão intermediária também, que acho que é a revisão da resolução 7, que faz tempo que a gente coloca dentro de demandas de restauração de Programa Nascentes, que tem um anexo dela, especialmente de hierarquização de priorização de áreas, que ao nosso ver hoje é um gargalo para a restauração, para levar o Programa Nascentes para o interior do estado, quando as áreas são baixa, muito baixa prioridade, média, muito baixa, isso afeta, e os projetos são drenados para ficar aqui na região do PCJ, na região metropolitana não tem Projeto Nascente, praticamente, porque não tem o que reflorestar acima de cinco hectares voluntariamente, então, tem ajustes na resolução que acho que a gente até poderia pautar nessa conversa, que se a gente, acredito que quem está trabalhando no setor teria contribuições e sugestões a dar. Obrigado.

03:08:20 Jonatas Trindade: Minha sugestão, o que eu acho que funciona. Pelo menos na prática, é trazer questões pontuais para discussão, porque se, por exemplo, se trouxer uma agenda muito grande perde o foco. Então assim, a gente pode ter uma agenda de trabalho em que a gente estabeleça, vamos discutir, sei lá, fazer uma reunião para discutir ICMS para semente e muda, a gente pode focar e fazer uma discussão. Se tiver uma proposta, trazer uma proposta e fazer essa discussão de forma muito específica. E aí, vê como é que a gente trabalha para atacar aquele ponto, porque se a gente pegar o todo, e aí a sugestão é que vocês trabalhem numa priorização daquilo que é mais relevante, mais importante nesse contexto, e a gente faz essa agenda de trabalho sem problema nenhum, muito pelo contrário. Eu acho que a gente acha muito importante porque ajuda mesmo, ajuda nesse processo e facilita o resultado que a gente espera. O que a gente quer é que realmente a restauração decole. Eu venho falando isso o tempo todo, a gente tem feito essa discussão interna, mas contar com o apoio de vocês, eu tenho colocado o tempo todo, é fundamental, mas eu acho que funciona se a gente definir quais são os pontos. Temos 10 pontos, qual que nós vamos priorizar? Esse aqui. Então vamos trabalhar nesse ponto e discutir, estressar e ver como é que a gente alcança ou avança nessa questão. Em relação à questão da revisão da resolução 7, estava falando aqui para Helena, que já foi feito um

trabalho, falta só uma deliberação pela secretária, mas ela me pediu para que fosse explicado, estava combinando com a Helena fazer uma apresentação para a secretária para entender quais são as alterações para a gente publicar essa revisão. Tá? Essa questão do Painel, a gente pode trabalhar nesse Painel e a gente tem que fazer esse arranjo, que a gente tem uma questão de ter um acompanhamento interno, mas para dar maior transparência a esse processo também sem problema nenhum, só tem que ver como é que não vamos construir isso, né, Helena?

03:10:18 Helena Carrascosa: Acho que são duas questões: uma é acompanhar o trabalho do Refloresta. A gente com aqueles projetos, com as metas e tal, e aí acho que a resposta para isso, Roberto, é que o decreto que criou o Refloresta já disse que o CONSEMA é a instância de acompanhamento. Então acho que a gente tem que combinar, depois a gente vê qual a melhor forma, com o Jonas e o Anselmo, como que a gente faz isso dentro dessa instância do CONSEMA. A outra questão que eu acho que é o acompanhamento das áreas em restauração, além daquelas que estão cadastradas no SARE, especialmente as áreas que virão lá do Agro Legal. E eu concordo com você, a gente precisaria ver o todo e acho que isso é uma coisa que tem que ser desenvolvida em conjunto lá.

03:11:07 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro Paulo Nelson do Rego, por favor.

03:11:13 Paulo Nelson: Primeiramente, parabéns pela apresentação. É realmente um trabalho hercúleo de juntar todos esses mecanismos e projetos, e que possam fazer que ele estejam sinérgicos e possam realmente se efetivar. A gente sabe que os tempos são diversos de cada fase, mas eu queria aqui trazer alguma contribuição no sentido de fazer um primeiro ponto: em que medida a restauração traz, promovida pelo estado, está sinérgica com as atividades do município? Falo isso porque assim, essa semana fui procurado pela Paula Mazzola, que fez um projeto de sementes dentro de argila. Fez o projeto com a prefeitura de São Sebastião, e parece que está tendo uma dificuldade de aceitar a colocação desse projeto porque o estado está em confronto com o município na forma de atuar. Estou dando um exemplo, não estou querendo discutir o projeto aqui em si, só estou trazendo isso como forma de elucidar, tá certo? Me parece, assim, que uma das questões fundamentais para que a gente possa ter recursos da iniciativa privada de forma voluntária, não imposta, porque o que é licenciamento, compensação, a gente já tem todo um mecanismo estabelecido em lei, aprimoramentos que são importantes, eu acho que o que o Eduardo trouxe é fundamental, de que as legislações não fiquem conflitantes para que a gente não possa realmente trazer as questões de uma forma passíveis de serem aceitas. Então, eu tenho tido algumas conversas no sentido de que o grande problema de termos projetos que sejam aceitos pelas pessoas que querem investir no meio ambiente é a credibilidade. Primeiro, a credibilidade de quem está aplicando e a certeza de que aquilo que está sendo feito pode efetivamente ser certificado por alguém. Não sei se ser certificado é o termo correto, mas ser homologado a gente precisa que esses projetos eles levem um selo, na medida em que eles sejam colocados de forma voluntária, porque hoje nós temos vários mecanismos, as empresas que são SG que está tão na moda e que muitas vezes a gente sabe que estão aí só por fachada e que a gente tem que procurar justamente caminhar para que elas sejam de forma efetiva e que o meio ambiente é que ganhe no final, não seja mais um papel para ser comercializado na bolsa, a gente tem a questão hoje colocada na legislação federal, que você prevê a possibilidade das empresas colocarem

as atividades ambientais no seu balanço socioambiental e isso é uma rubrica financeira e, na medida em que só coloca um projeto desse quem tem a certeza do que vai fazer, um empresário não põe o dinheiro sabendo que amanhã ele pode ser condenado porque o plantio seguiu a SMA 32 e, na hora de fazer a implantação ele não cumpriu o TCRA que exigia uma situação totalmente adversa. Então eu acho que são questões extremamente relevantes que a gente precisaria trazer a meditação. Acho que a gente está aqui construindo e eu acho muito louvável que essa administração esteja abrindo esse espaço para que a gente possa conversar, e eu acho que o caminho é esse mesmo, mas eu acho que temos que pensar, dentro desses mecanismos todos, como é que se certificam, se esse traz isso de forma a garantir que as pessoas possam ter a tranquilidade de estar aderindo aos projetos de forma bem efetiva.

03:15:37 Anselmo Guimarães: Obrigado, conselheiro.

03:15:37 Jonatas Trindade: É por isso que eu falei na minha apresentação sobre a importância de você ter uma amarração jurídica. O que a gente tem observado, pelo menos o que eu vi, a gente tem estudado, é que ocorreram iniciativas em alguns estados, e que deram problema no futuro, por exemplo, você vai plantar uma floresta com fins de exploração. Aí cria uma lei falando que agora tal espécie está protegida e que não pode mais cortar. Então, quer dizer, o benefício que você esperava e que você fez para poder fazer, plantar aquela floresta do jeito que você queria para produzir, deixou de ter o benefício. Então quer dizer, você teve só o custo, então essa amarração jurídica a gente quer trabalhar também, porque a gente já viu acontecer, principalmente no sul, mais pro sul do país, situações que geraram uma situação adversa, por assim dizer. E essa credibilidade que a gente tem discutido, realmente ter estruturado o projeto, por isso que a importância do envolvimento de todo o mundo para ter esses múltiplos olhares e a gente poder amarrar isso de uma forma muito clara, muito objetiva, com bases técnicas e legais para evitar esse tipo de coisa. Eventualmente vai ter que ser uma lei, não acho que uma resolução resolva, que possa ser revogada, então esse tipo de discussão que a gente tem feito também. Eu acho que é importante, sim, gerar essa credibilidade, pensar em certificado, homologação, só tem que ver o arranjo e tem que ser um arranjo normativo, acho que isso é fundamental.

03:16:57 Anselmo Guimarães: Obrigado. Conselheira Cristina Murgel. Só estou chamando aqui pela ordem que eu anotei, e dos conselheiros titulares que estão aqui presentes na reunião. Depois eu retomo a rodada com os conselheiros suplentes dos que já falaram.

03:17:11 Cristina Murgel: Bom, primeiramente, parabéns, subsecretário, Helena. A gente sabe da importância do Refloresta e sabe o desafio que temos pela frente. A minha consideração vem muito em função dessa última fala. Eu acho que, em que pese ser projetos voluntários, e como foi dito na apresentação, e a própria Helena reforçou isso, a maioria desses projetos se dá em áreas rurais, dentro de propriedades e com a anuência do proprietário e, portanto, nós na Secretaria, acreditamos que a base, a regularização dessas propriedades é importante no sentido de, não basta ele ter um projeto voluntário, ele precisa estar regular, e é nesse sentido, Jonatas, que eu acho que as duas pastas, e nós já chegamos nesse momento, nesse amadurecimento na Secretaria, hoje nós temos cerca de 60 mil cadastros que foram retificados e voltam para análise de equipe. O que temos levado ao secretário é

no sentido de estabelecermos estratégias dentro dos programas públicos, dentro das políticas públicas colocadas, onde vamos priorizar esse atendimento de forma que a gente possa entregar essa base, a regularidade dessa propriedade para que esses programas caminhem dentro de uma segurança jurídica. Essa é uma conversa que temos tido com alguns setores também que tem nos procurado no sentido de que há sim um interesse cada vez maior de fazer o além da lei, de fazer o voluntário. Porém, eu preciso saber o que é o mínimo para eu estabelecer essa régua voluntária. Então eu já coloco desde já a Secretaria para uma conversa nesse sentido, o que nós temos olhado dentro da nossa pasta é que isso não vai ser é um critério geral para o estado e isso deve ser específico para cada região, e isso nos ajudaria muito, porque daria um norte as nossas regionais, no sentido de por onde vamos atacar, o que vamos fazer primeiro. A gente vem de um movimento e de uma inércia dentro da Secretaria, de atender aquilo que estava judicializado. Obviamente, isso é prioritário e isso sempre vai furar fila. Mas não é só isso, a gente está sendo demandado por outras políticas que exigem que essa propriedade, tanto o programa de transição agroecológica, o programa Nascentes, quer dizer, não basta eu dar para ele um selo de que ele fez um projeto voluntário e quando ele olha lá, olha, ele não está regularizado. Então eu acho que é nossa obrigação e nosso dever entregar essa regularização para que essas políticas caminhe com segurança. Então, desde já coloco aqui a Secretaria para que a gente possa traçar juntos essa estratégia.

03:20:23 Jonatas Trindade: Esse trabalho, pessoal, também tem tido um acompanhamento da casa civil. Você não participou da última reunião, mas a gente tem uma cobrança da casa civil, tanto do ponto de vista de regularização fundiária, como do ponto de vista nessa pegada da restauração. Eu tive a oportunidade de conversar com técnicos da Secretaria, e ficamos de marcar uma agenda, de estabelecer uma agenda de trabalho com esse objetivo de avançar. Realmente, eu tenho falado isso para Helena o tempo todo, nós temos, eu acho que tem um alinhamento técnico muito positivo, pelo menos eu tenho visto nesse sentido com a SAA, para que a gente possa avançar de forma muito firme, e com a Itesp também nessa agenda, tenho certeza disso, pela forma como a gente tem discutido e participado desse processo junto à casa civil também. Eu acho que nós vamos caminhar bem, eu acho, não, tenho certeza disso.

03:21:16 Anselmo Guimarães: Conselheiro Djalma Weffort, ele que é suplente do conselheiro Roberto Resende, está online. Por favor, conselheiro.

03:21:25 Djalma Weffort (Apoena): Bom dia. Quero parabenizar, em primeiro lugar, a apresentação. Dizer que esse tema da restauração florestal é de significativa importância, em especial uma região que já foi praticamente devastada do estado de São Paulo. E o que eu gostaria de destacar nessa apresentação é ressaltar a importância da restauração do Cerrado. O estado de São Paulo já foi muito rico em Cerrado, ainda tem algumas áreas significativas. A gente sabe que a restauração do Cerrado é mais complexa, mas é possível fazer. Além do Cerrado, nós temos trechos importantes de transição de Cerrado e Mata Atlântica, que é possível usar técnicas especiais para você restaurar, como é o caso da nucleação que é importante, você ter espécies da Mata Atlântica nas nucleações de Cerrado. E um outro ponto importante, secretário, seria relacionado à coleta de sementes. A gente tem sentido essa dificuldade de coletar sementes fora das Unidades de Conservação. Então, esse é um tema, eu não tenho uma opinião formada, mas há uma queixa muito grande que a gente não tem

semente de espécies nobres ou espécies clímax que possam compor os programas de restauração. E por fim, eu só encaminharia uma pergunta, que seria saber quais são as dificuldades ou os desafios para nós incorporarmos as terras devolutas do estado ou as reservas legais coletivas nos programas de restauração? E nesse caso, eu suponho que seria a restauração ecológica. Eu acho que com essa finalidade de atender a nossa meta de 1 bilhão de hectares até 2050 só, é um programa ambicioso. Nós temos que nos agarrarmos a ele, mas é essa meta ela apenas vai empatar a necessidade que nós temos de suprir o déficit da floresta estacional semidecidual, levando em conta os parâmetros do CDB, das Metas de *Aichi*. Então só isso já zeraria o nosso déficit, então estou dizendo isso, que é importante agarrar essa meta e ir em frente. E por fim, eu não pude falar no período inicial, saber quando que nós podemos retomar a votação dos Planos de Manejo na CTBio, que nós fazemos parte. Então seria isso.

03:24:54 Jonatas Trindade: Assim, em relação ao Cerrado, eu tenho insistido muito. Tem uma área, um bioma muito importante, realmente eu acredito muito nisso. Eu vim do Cerrado, então falo que são áreas que precisam ter um olhar especial. As técnicas de restauração, sabe que tem dificuldade. Por exemplo, acompanhei, eu acho que uma área mais difícil ainda, é a caatinga para restaurar. Eu tive oportunidade de acompanhar algumas restaurações e o grande desafio da caatinga era o bode, para vocês terem ideia. É impressionante, você plantava, muda, o bode ia lá e comia. E pode cercar, pode fazer tudo. Ele pula, ele apronta. É brincadeira, mas é sério. Então, no cerrado nós temos alguns desafios também, mas esse olhar e enxergar essa restauração, em especial, nas áreas de mananciais do Cerrado,, é fundamental. Essa questão de coleta de sementes fora das UCs tem que ser estudado, tem que ser avaliado, realmente tem que ver qual o tipo de arranjo, porque na verdade eu acho que a gente vai ter algum arranjo, vai ter algum apelo, se tiver algum estímulo econômico para quem proprietário da área e que tem uma reserva e que tem semente disponível, talvez pensar nesse arranjo, seja algo que possa trazer essa questão das sementes. Nesse primeiro momento, a gente está com um olhar muito para dentro das Unidades de Conservação, porque é algo que está na nossa governança, e era algo que vinha sendo discutido há muito tempo, mas não se chegava a um resultado, e o resultado agora está chegando com a proposta que já veio da Fundação Florestal. E eu tenho alguns pontos, do ponto de vista técnico, que eu entendo que tem que ser revisado, mas já conversei, acertei com o Rodrigo da Fundação de levar a minuta para consulta pública e por um prazo de 30 dias. Então, em breve nós vamos divulgar essa minuta. Em relação a esse olhar em relação às terras devolutas e reservas coletivas, nós vamos colocar nossa agenda para discutir isso. Então é muito importante essa colaboração que o senhor deu aqui nesse evento, nessa reunião. Não estava no nosso olhar pensar e olhar para as terras devolutas, e agora estão sendo consideradas. E reforçar mais uma vez, pessoal, acho que esse trabalho é um trabalho de todos. Vendo aqui a participação do IPA, o IPA tem muita experiência com olhar no Cerrado, olhar em um ecótono, olhar em Mata Atlântica, nessas transições que a gente enxerga aí na vegetação com a restauração. Tem publicações prontas já publicadas, publicações com espécies identificadas por bioma, por região que foram aproveitadas também para o Refloresta, que o Refloresta ele apresenta uma lista de espécies no sistema, no aplicativo que vai ser divulgado, uma lista de espécies recomendadas para serem plantadas em determinado local. Então, assim, a gente tem uma possibilidade de fazer um trabalho bem feito e realmente fortalecer essa economia da restauração no estado, então, Djalma, agradeço a colaboração nesse processo, e peço realmente, e vamos trabalhar com a proposta da Helena de trazer um Painel, na verdade, uma

atualização desse trabalho que vem sendo feito, acho que é importante. Não sei se um Painel ou essa discussão em cada reunião, trazer aqueles pontos que vêm sendo debatidos e contando com a colaboração de cada um de vocês para esse processo avançar de uma forma muito forte. Internamente eu posso garantir para vocês que têm tido envolvimento de todas as equipes, não só de uma área, é de todas as áreas. Educação Ambiental, do IPA, da fiscalização, da UGP, da Fundação. Assim, são várias mãos trabalhando nesse processo. Equipe UGP tem capitaneado esse processo, coordenado, e eu tenho interagido também com o pessoal para tentar direcionar algo que traga essa robustez nesse processo. Então é isso, acho que finalizando, agora vou ter que sair daqui para ir para outro evento fora, mas colocar a Secretaria à disposição. Não sei se tem mais algum questionamento, algum ponto?

03:29:25 Anselmo Guimarães: Tem mais um escrito só, que é o conselheiro Henrique.

03:29:35 Henrique Kefalás: Boa tarde. Obrigado pela apresentação. É bem rápido meu ponto, é uma sugestão mesmo de complementação, porque acho que, de acordo com a área de atuação de cada um, a gente fica sentindo falta de algumas abordagens. Eu senti falta de ver uma previsão de uma atuação específica para as áreas de restinga no contexto de restauração. Esses são ecossistemas fundamentais no contexto da resiliência climática, da estabilização da linha de Costa, do enfrentamento aos processos de avanço do nível do mar, evitar a erosão costeira, então, são ecossistemas fundamentais que entrem nesse programa, nesse contexto, e que a gente consiga articular e, sobretudo, com os municípios, na perspectiva agora da gestão das praias urbanas pelos municípios para enfrentar, inclusive, os casos em que há necessidade de recuar construções e restabelecer a restinga a fim de salvaguardar os bairros, os ambientes urbanos nas cidades.

03:30:35 Jonatas Trindade: Não, isso está na discussão. Inclusive, a Fundação contratou uma profissional não só para a restinga, mas para, em especial para manguezal, para os manguezais, com o objetivo de ter uma estratégia estadual, com olhar especial para o litoral. Eu esqueci de comentar realmente na minha apresentação, a gente está considerando todos os biomas, os ecótonos, as áreas mais sensíveis com esse olhar, e aí a gente vai precisar desse auxílio de vocês, até para direcionar esforços, porque é muita coisa para trabalhar, pessoal, realmente precisa ajuda de vocês.

03:31:16 Beloyanis Monteiro: Quero parabenizar você e a Helena pela apresentação. Queria só reforçar um ponto que você tinha falado antes da gente montar um grupo de trabalho e discutir. Conforme o Henrique falou, são vários pontos, e a gente teria a oportunidade de trazer assessoria também para fazer um debate mais qualificado. Então, só para reforçar esse ponto.

03:31:36 Jonatas Trindade: Estamos à disposição, se você já puderem indicar, quem pode colaborar com esse processo, eu acho que assim, os eixos, se puder indicar por eixo, pode ser mais de uma pessoa. Acho que funciona melhor, né Helena? É a minha sugestão.

03:31:49 Beloyanis Monteiro: Não, legal. A gente tem interesse, a minha Instituição, de a gente ter um representante nosso que trabalhe com esse tema.

03:31:55 Jonatas Trindade: Lógico, totalmente aberto. Essa expertise que você já tem é muito bem-vinda, está totalmente aberto para trabalhar e é o que eu falo, a gente não tem um modelo fechado, e muito pelo contrário, você fala, ó, não tá bom, vamos pensar em outro modelo, nós vamos trabalhar em outro modelo. Não tem apego a modelo. Tanto nesse sentido que nós mantivemos todos os programas que vinham sendo desenvolvidos, isso já sinaliza que a intenção é se há algo bom, a gente vai continuar. Se algo não está legal, nós vamos mudar, é isso.

03:32:29 Anselmo Guimarães: Secretário, antes de já encaminhar para a conclusão, estou aqui com Carlos Henrique, ele é assessor da deputada Marina Helou. Ele tem um recado aqui, ele gostaria de fazer uma contribuição em nome da deputada, se o plenário permitir, tudo bem?

03:32:47 Carlos Henrique: Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer só esse espaço e fazer uma sugestão. Bom, também parabenizar pela apresentação, a gente tem acompanhado já desde do primeiro mandato da deputada Marina, contribuimos, inclusive, com uma parte do processo, Helena? Prazer em vê-la aqui. E eu só faço a sugestão de que, como tem naquela estratégia sete, de comunicação e sensibilização, a sugestão é que a Secretaria elabore, estabeleça um protocolo para que todo mundo possa ter clareza de quais são os caminhos, como que se encaixa e quais seriam as etapas, ou processo, ou a linha de atuação em cada uma das situações possíveis. Isso facilita para todo o público que é envolvido, interessado ou obrigado a implementar, e isso também facilita a comunicação e até o entendimento de todos. Obrigado.

03:33:49 Jonatas Trindade: Naquela linha lá de comunicação, está a questão da estratégia, primeiro de construir um plano de comunicação, e aí entram todas essas estratégias que possam favorecer a comunicação, tanto interna como externa. Esse plano não foi desenvolvido ainda, mas está já levantado como algo importante e vai ser trabalhado. E contar com a colaboração de quem já tem expertise até na forma de chegar, por exemplo, na população local, porque o apelo local é que vai fazer toda a diferença no avanço. Vídeo Conexão Mata Atlântica, que a população já conhece localmente, alguns locais, e sabe que aquilo é um projeto bom. Então vender entre aspas o projeto no sentido positivo e trazer com que a população se aproxime do estado, se aproxime da iniciativa privada para apoiar esse tipo de projeto e garantir esse tipo de projeto, e a comunicação faz parte dessa estratégia.

03:34:48 Anselmo Guimarães: Muito obrigado. Ficamos então aqui com todos os debates pela brilhante exposição de todos, Subsecretário, Helena, muito obrigado. E com isso, só convidando a todos a participarem, acompanharem os trabalhos do CONSEMA. Amanhã discutiremos o licenciamento municipalizado na CT Processante, no dia 11, Logística Reversa, CT de Políticas Públicas, dia 25 a gente finaliza, provavelmente, a agenda de logística reversa. Então, com isso, eu agradeço pela participação de todos. Nos vemos na próxima plenária, no dia 27 de setembro. Tenham todos uma ótima tarde. Obrigado pela participação.